



O PT que sai das urnas

As eleições de outubro oferecem um diagnóstico penetrante do PT, de suas qualidades e defeitos, virtudes e vícios, bem como das tendências contraditórias em ação no interior do partido e na sua relação com a sociedade.

O PT mantém-se como o canal fundamental de expressão política do descontentamento popular com o neoliberalismo e o governo FHC. O partido inclusive fortaleceu seu peso relativo na esquerda e na cena política brasileira.

Pela primeira vez, o PT chega ao governo de um estado chave. O Rio Grande do Sul é a quarta unidade da federação em importância e, historicamente, foco de movimentos decisivos de mudança do país. O PT tem, agora, condições concretas de demonstrar que pode utilizar a conquista de governos estaduais para impulsionar deslocamentos e transformações políticas e sociais vitais. A vitória gaúcha é promissora porque resulta de uma trajetória coerente de compromisso com as lutas populares, com a construção de formas novas e superiores de democracia e com a defesa de uma perspectiva socialista.

Ao mesmo tempo, fortalecem-se tendências de adaptação do PT à ordem, consolidam-se processos de institucionalização, burocratização e eleitoralismo. Apesar do bom desempenho da candidata ao governo, Marta Suplicy, o PT de São Paulo parece sintetizar os vícios que podem transformar o partido em uma somatória de "máquinas eleitorais" vinculadas à mandatos parlamentares, movendo-se pragmaticamente em função de interesses paroquiais. Em Minas Gerais, a decisão majoritária de participar do governo Itamar Franco coloca o PT no estado subordinado à uma dissidência burguesa. No Rio de Janeiro, o PT continua sofrendo as consequências da brutal intervenção promovida pela maioria do Diretório Nacional naquele estado, com parte dos petistas integrando o governo Garotinho e parte crítica a ele. Nestes estados, a diluição do perfil político petista e de uma identidade partidária comum é acentuada.

Em outros lugares, o PT também teve experiências positivas (como na Bahia) ou negativas (como no Paraná e em Pernambuco), do ponto de vista da acumulação política e social para um projeto socialista.

Este quadro — ao qual dedicamos oito páginas do *Em Tempo* — indica, quando visto de conjunto, o aprofundamento da encruzilhada de opções que o PT já vivia. O equilíbrio de forças estabelecido no partido e consolidado pelo resultado eleitoral, aponta a continuidade de disputa de rumos do partido.

A grave crise que atravessa a nação ganha, agora, em sintonia com a crise por que passa a economia capitalista em escala mundial, uma nova centralidade política. O curso futuro do PT será, em grande medida, moldado pelo seu posicionamento face a ela. Este é o outro ponto de destaque desta edição do *Em Tempo*.

JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO EM TEMPO.

A ESQUERDA FRENTE À CRISE

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

O resultado eleitoral evidenciou a existência uma importante base popular para uma política de oposição. A expressiva votação de Lula, a vitória do PT no Rio Grande do Sul, as importantes votações em estados como São Paulo e Bahia, a eleição de Heloisa Helena senadora em Alagoas, as vitórias em Mato Grosso do Sul e no Acre, as votações obtidas em várias capitais, regiões metropolitanas e nas grandes cidades mostraram que o PT foi o grande depositário dos votos de oposição. Também evidenciaram o potencial popular de oposição outras vitórias, como a do Rio de Janeiro e de Alagoas.

Os resultados poderiam ser até mais expressivos: é possível dizer que a votação do PT no plano nacional poderia ter sido maior, conquistando uma grande vitória política, a ida ao segundo turno presidencial. Do mesmo modo, poderíamos ter conquistado o segundo turno na disputa para governador em São Paulo, se a trajetória recente do partido tivesse sido mais coerente. Nesta quadro é necessário registrar também a derrota da política mais conciliadora levada a

cabo pelo PT, na disputa pela reeleição para o governo do Distrito Federal.

A existência de um expressivo apoio de massas para uma política de oposição é consequência de vários fatores: o desgaste do governo com as privatizações, o desemprego, os juros altos e a política de ajuste em geral; a atividade do MST; o efeito (contraditório) da imersão do Brasil na crise internacional que irrompeu em meio ao processo eleitoral; e do acúmulo geral do PT como partido de esquerda.

De outro lado, confirmou-se a fragilidade (como alternativa burguesa, embora tenha sido até bem votada) da candidatura de Ciro Gomes. As dissidências burguesas restringiram suas disputas aos estados, buscando neste plano acumular forças para negociar em melhores condições com a fração dominante (FHC). Com a derrota de Maluf, a mais expressiva delas passa a ser Itamar.

CONTINUA NA PÁG. 3

NESTA EDIÇÃO

ESPECIAL: O PT E AS ELEIÇÕES

A análise dos resultados obtidos pelo PT nacionalmente e nos principais estados do país, com um destaque para vitória de Olívio Dutra na disputa pelo governo gaúcho.

PÁGINAS 7 A 14



CARLOS HENRIQUE ÁRABE, FÁBIO PEREIRA E A ALTERNATIVA SINDICAL SOCIALISTA ANALISAM A CRISE ECONÔMICA E O PACOTE DE FHC

PÁGINAS 3 A 6

NOTAS



Marcha mundial de mulheres

Em 1995 centenas de mulheres do Québec, estado do Canadá, participaram da Marcha Pão e Rosas, contra a pobreza e a violência. Entusiasmadas com a mobilização de mulheres de diversos movimentos sociais e com a participação de lideranças de diferentes partes do mundo, a Federação de Mulheres do Québec assumiu o desafio de propor uma Marcha Mundial de Mulheres no ano 2000. Nos dias 15 a 17 de outubro deste ano aconteceu em Montréal o Encontro Internacional Preparatório à Marcha. Participaram 150 mulheres de 67 países que afirmaram uma pauta de reivindicações que compreende a anulação da dívida dos países mais pobres do mundo, a cobrança de taxas sobre aplicações financeiras no mercado internacional e a aplicação de convenções e tratados de combate à violência sexista e homofóbica.

O debate que permanece é a quem dirigir nossa intervenção. Grupos de mulheres da América Latina (inclusive nós brasileiras), da França e da Índia pretendiam nos colocar em frente ao Banco Mundial, cobrando suas responsabilidades no aumento da pobreza e no enfraquecimento dos Estados nacionais. As organizadoras da Marcha, no entanto, acreditam que devemos nos dirigir à ONU na



perspectiva de gestar novas instituições políticas internacionais com poder sobre os organismos econômicos. Aqui no Brasil estão responsáveis por impulsionar a proposta da Marcha a Comissão de Mulheres da CUT, o Setorial de Mulheres da Central de Movimentos Populares, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT e a SOF, Sempre Viva Organização Feminista. Um primeiro passo será a visita de Diane Mate, da coordenação da Marcha no Québec, no início de dezembro.

Miriam Nobre

Jáder de Andrade

Dia 2 de outubro a militância do PT de Pernambuco sofreu um duro golpe com o falecimento do companheiro Jáder de Andrade. Ele se afogou durante seu mergulho matinal na praia de Boa Viagem.

Sua ética militante, sua postura firme e coerente na defesa do PT combativo (que muitas vezes lhe valeu processos desgastantes) e a atenção que dispensava a militância de base, fez com que, num curto período de seis anos de participação orgânica, Jáder chegasse à presidência do PT-PE (95/97) e se credenciasse como um dos quadros mais respeitados e queridos pelos petistas.

Para todos nós que convivemos com Jáder é difícil falarmos do seu desaparecimento. Por isso preferimos falar de sua vida, vida que ele esbanjava e que lhe dava uma jovialidade difícil de se manter aos 74 anos. Vida que se faz presente em cada um de nós quando levamos adiante a mesma chama de esperança que Jáder levou e soube generosamente partilhar com cada um de nós.

De nada valeria falarmos da sua militância de décadas a serviços das causas populares; seja na Fundação da SUDENE, nos dois primeiros governos de Arraes, no exílio como membro da CEPAL ou, finalmente, como dirigente do PT, se não lembrássemos que tudo isso se resume a uma só coisa - sua vida. Vida que superou até mesmo a dor de sua trágica e inesperada morte. Pois, como nos ensina o grande mestre da vida Maiakovsky: "Morrer nesta vida não é difícil, difícil é a vida e seu ofício", e o nosso Jáder soube cumpri-lo da melhor forma possível.

Daniel Pinho

PEGO NO PULO

A apuração dos votos na Paraíba ia chegando ao seu desfecho e o PT ainda estava um pouco preocupado que a direita pudesse fraudar seus votos e comprometer a eleição, pela primeira vez, de um deputado federal do partido no estado, o ex-candidato a governador, Avenzoar Arruda. Mas já comemorava o resultado quando um candidato do PSB, que participava da coligação conosco, Beto Meireles, descarregou um caminhão de votos da cidade de Guarabira (no estado, só cinco municípios, que compreendem 40% do eleitorado votaram em urnas eletrônicas). A apuração fechou com Beto Meireles registrando 16.758 votos, contra 16.649 votos de Avenzoar.

Acontece os petistas perceberam que nesta cidade, o percentual de votos em branco tinha caído drasticamente. Um levantamento mostrou que pelo menos 20 urnas estavam fora do desvio-padrão dos votos em branco por urna, uma possibilidade tão pequena quanto a de se ganhar na loto, como disse Avenzoar no seu recurso ao TRE do estado pedido recontagem dos votos.

O TRE refez as contas e confirmou a situação, empreendendo a recontagem de uma amostra das urnas da 10ª zona eleitoral do estado (cidades de Guarabira, Aracagi, Pilõesinhos e Cuitégi). Constatada a fraude, com votos em branco não carimbados, diferenças na passagem dos votos brancos para os mapas eleitorais e o cômputo de votos de outros candidatos para Beto Meireles, o TRE deliberou uma recontagem geral na zona. A votação de Beto Meireles caiu, ao final, para 15.953 votos, uma perde de 805 votos. Avenzoar foi, ao final de um mês de disputas para garantir a recontagem, declarado eleito como deputado federal do PT da Paraíba.

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELO PT E SUAS VOTAÇÕES

ACRE	
Marcos Afonso	21.556
Nilson Mourão	7.631
BAHIA	
Nelson Pelegrino	109.654
Waldir Pires	84.034
Jacques Wagner	51.149
Pinheiro	45.585
Geraldo Simões	42.566
CEARÁ	
Pimentel	59.371
DISTRITO FEDERAL	
Magela	55.072
Pedro Celso	49.936
ESPÍRITO SANTO	
João Coser	48.603
GOIÁS	
Pedro Wilson	61.623
MATO GROSSO DO SUL	
Ben Hur	79.655
João Grandão	19.169
MINAS GERAIS	
Maria do Carmo Lara	135.324
Virgílio Guimarães	70.194
Paulo Delgado	60.204
Nilmário Miranda	45.803
João Fassarella	42.198
Gilmar Machado	39.863
Tilden	37.854
PARÁ	
Paulo Rocha	58.405
Ganzer	53.065
Baba	32.414
PARAÍBA	
Avenzoar Arruda	16.649
PARANÁ	
Dr. Marcio	37.638
Padro Roque	35.489
Dr. Rosinha	34.773
PERNAMBUCO	
Fernando Ferro	67.924
PIAUI	
Wellington Dias	77.067
RIO DE JANEIRO	
Jorge Bittar	113.579
Carlos Santana	52.571
Milton Temer	41.991
Luiz Sérgio	27.517
RIO GRANDE DO SUL	
Paim	213.894
Henrique Fontana	66.221
Marcos Rolim	54.477
Adão Preto	51.519
Fernando Marroni	47.051
Waldomiro Fioravanti	44.288
Mainardi	43.819
Valdeci Oliveira	43.264
SANTA CATARINA	
Carlito	53.608
Luci Choinaski	48.737
SERGIPE	
Deda	82.464
SÃO PAULO	
Genoino	306.988
Aloizio Mercadante	241.559
Telma de Souza	135.172
Antonio Palocci	125.462
Zé Dirceu	113.659
Professor Luizinho	90.738
Angela Guadagnin	85.177
Ricardo Berzoini	63.313
João Paulo Cunha	61.058
Eduardo Jorge	60.995
Jair Meneguelli	59.590
Arlindo Chinaglia	56.672
José Machado	53.691
Iara Bernardi	51.218

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
 RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA
 SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000
 FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550
 E-MAIL: ETEMPO@AXX.APC.ORG
JORNALISTA RESPONSÁVEL:
 CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).
EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, JOAQUIM SORIANO, CACO BISOL E MÁRCIA H. RAMOS. **TIRAGEM:** 5.000 EXEMPLARES.
PERIODICIDADE: MENSAL

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550

Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Nesta edição, *A invisibilidade da experiência*, de Joan Scott, e *Gênero, experiência e subjetividade*, de Eleni Varikas.

A ESQUERDA FRENTE À CRISE

Por fim, o segundo governo de FHC começa com menor legitimidade que o primeiro. Tem pela frente a crise, o PT fortalecido e dissensões na sua base de apoio. O mandato conferido a FHC — defender a estabilização e resolver os problemas sociais, conforme ele mesmo apresentou — evidentemente não poderá ser cumprido. A exacerbação dos problemas sociais, dos quais o maior é o fim do desenvolvimento nacional, é produto do governo de FHC. E a estabilização entra em um período de risco maior. Já acumulava os efeitos externos da crise mexicana de dezembro de 1994, da crise asiática de meados de 1997, acrescidos agora com a crise deflagrada na Rússia, em agosto. Isto se soma aos problemas internos da estabilização neoliberal: crise do sistema financeiro, recessão latente, dívida pública crescente. Fruto de uma meia-verdade, e de uma meia-mentira, sua legitimidade poderá ser posta à prova pelos acontecimentos e pela ação de uma oposição de esquerda, caso essa se afirme enquanto tal.

A EVOLUÇÃO DA CRISE

O conjunto de medidas anunciadas pelo governo (ver p. 6) aprofundam a recessão. Seus resultados são incertos do ponto de vista de criar “confiabilidade” e fôlego para dar continuidade à estabilização nos moldes seguidos até agora (evitando uma crise cambial).

Elas não criam uma barreira frente a um ambiente internacional que, tudo indica, caminha para a recessão. Mais do que isso: o pacote do FMI/FHC amplia a perda de autonomia do país, tornando-o mais frágil e sujeito a novas crises.

Os primeiros efeitos de mudança no plano internacional foram as sucessivas crises no “primeiro círculo” da periferia (que atingiram não os países mais pobres, mas aqueles que podem ser caracterizados como intermediários, como os tigres da Ásia, a Rússia e o Brasil). Os países mais atingidos tinham toda uma característica comum: déficit na balança comercial e nos serviços (sobretudo com pagamentos de juros, remessas de lucros e turismo no exterior). Para financiar este déficit aplicavam (e continuam a aplicar) políticas de juros altos para atrair capitais e de privatizações (enquanto ainda têm o que privatizar).

Além disso a crise está consolidada em um país-chave do núcleo hegemônico, o Japão. E as expectativas de crescimento da economia mundial vêm sendo constantemente reavaliadas para baixo.

Neste quadro os capitais privados cobram mais caro seus empréstimos e investimentos; o espaço para alternativas como crescimento das exportações é reduzido. A capacidade dos Estados imperialistas em defender os interesses dos seus capitalistas — procurando evitar as quebras nos países “emergentes” — continua, obviamente, a existir (como estamos vendo no caso do Brasil), mas é razoável supor também que esta capacidade não é infinita, que pode estar perto de conhecer limites para novos mecanismos de “socorro”. Assim, o fantasma de uma crise cambial e de uma *debacle* do modelo neoliberal no Brasil e em outras partes da periferia não pode ser afastado.

O aprofundamento da recessão também limita a consecução de um dos objetivos centrais do pacote, a elevação das receitas fiscais, restando como aspectos seguros (mas insuficientes) o corte de gastos públicos e o efeito “benéfico” da recessão para a redução do déficit em transações correntes com o exterior.

O pacote, aliado a medidas anteriores (juros altos, renegociação da dívida dos Estados com a União, FEF, etc), desencadeia um conjunto de conflitos: entre governos estaduais e governo federal; dos setores econômicos atingidos

situação piorada com a reeleição de FHC mas o via como a alternativa de menor risco. Ou seja, não depositava suficiente confiança em um governo Lula para melhorar a sua situação.

É fato que um período de baixa atividade política de massas favorece este comportamento relativamente passivo. Mas é exatamente nestas situações que a iniciativa política é decisiva.

A crise oferece a grande oportunidade de colocar em questão “verdades” anteriormente consideradas estabelecidas.

Para o PT trata-se de fazer agora o que

O SEGUNDO GOVERNO DE FHC COMEÇA COM MENOR LEGITIMIDADE: TEM PELA FRENTE A CRISE, UM PT FORTALECIDO E DISSENSÕES NA SUA BASE DE APOIO.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE



FRANTISER KLIPKA, ORGANIZATION OF GRAPHIC MOTIFS II, 1957

maioria da sua direção não queria este debate na disputa eleitoral (ver p. 7). Mas este foi o grande debate da campanha, imposto pelos acontecimentos. Acertamos no enfoque de responsabilizar FHC pela crise e propor um outro modelo econômico. Mas qual novo modelo? Nossas propostas se restringiram a medidas pontuais alternativas, em particular face ao risco de uma crise cambial. Ainda que tivessem o sentido de resgatar um mínimo de soberania nacional, não resolviam questões que se colocariam caso fossem aplicadas: o que fazer com a dívida externa, como enfrentar os conflitos previsíveis com os grandes capitalistas e banqueiros, organismos internacionais e os Estados imperialistas, vale dizer, como redirecionar radicalmente os rumos do país.

Na ausência de um projeto geral alternativo, nossas respostas tendem a ficar entre o mero reparo aos exageros neoliberais e o retorno a modelos de tipo nacional-desenvolvimentistas.

E, evidentemente, isso não é capaz de apontar outro rumo e nem de mobilizar e deslocar amplos setores da população a nosso favor, de convencer a grande maioria dos que sofrem com o neoliberalismo a confiar em um governo de esquerda.

É preciso retomar a tradição programática do PT, expressa tanto em 1989 como em 1994, quando, ainda que com matizes e ritmos diferentes, apresentamos uma perspectiva de transição ao socialismo.

De outro lado a crise econômica permite desenvolver a oposição política em outro patamar. Pelo conjunto dos conflitos desencadeados, em uma situação de menor legitimidade neoliberal e com uma oposição liderada pelo PT fortalecida, é necessária uma ação sem trêguas contra FHC e seus apoiadores e aliados (incluindo, naturalmente, o principal deles, Covas). É preciso combinar a luta parlamentar e a ação dos governos do PT contra o pacote com a retomada de mobilizações de massas.

pela recessão e pelo risco de falência face à política econômica; dos setores populares atingidos pelo desemprego e pela penúria face ao governo.

Estas disputas, em meio a uma governabilidade menos legitimada, amplia os horizontes para uma oposição de esquerda ao neoliberalismo. Mas isto não tem qualquer automatismo.

O PROBLEMA DA ALTERNATIVA POLÍTICA DE ESQUERDA

As eleições mostraram que a crise produz efeitos contraditórios sobre a consciência política das massas: permitiu mais audiência para as propostas de oposição, mas não chegou a produzir um deslocamento em grande escala em direção à esquerda. Isto ocorreu de forma limitada no plano nacional e de forma mais incisiva naqueles estados onde o partido se apresentou coerentemente como alternativa — quer dizer, onde a disputa política evidenciava que valia a pena correr o risco de eleger a esquerda.

A maioria da população considerava que teria, segundo indicavam algumas pesquisas de âmbito nacional, sua

não feito antes da campanha. São temas importantes para isso: a defesa de uma reforma tributária radicalmente progressiva (junto com o controle do sistema financeiro e da dívida pública); a defesa uma previdência baseada na solidariedade social; a defesa do orçamento participativo (contra o orçamento privado da equipe econômica); o tema de um novo pacto federativo. E, em consequência, a defesa de novas relações internacionais do país (incluindo a contestação dos organismos internacionais e da dívida externa), de uma nova política econômica e, naturalmente, de um outro modelo econômico.

A POSIÇÃO DO PT FRENTE A CRISE

Não basta oferecer alternativas pontuais a cada um dos grandes problemas nacionais. É preciso organizar uma nova perspectiva para o Brasil, antagônica ao neoliberalismo. Isto, que é quase um lugar comum nos discursos e textos do PT, ficou muito distante em 1998. E certamente limitou nossa resposta face à crise. Aliás, o partido não só não estava preparado para enfrentar a questão como a

PASSADAS AS ELEIÇÕES,
FHC APRESENTOU A
CONTA AO PAÍS: CORTES
NOS GASTOS SOCIAIS,
AUMENTO DE IMPOSTOS,
FLEXIBILIZAÇÃO DO
MERCADO DE TRABALHO
E MAIS DEPENDÊNCIA
EXTERNA.

DOCUMENTO

I. A CONJUNTURA ECONÔMICA: DO PLANO REAL AO PACOTE FMI-FHC

1. Como tem sido amplamente divulgado, em meados de 1997 iniciou-se uma crise internacional que está se aprofundando. Primeiro foram atingidos vários países asiáticos. Depois, foi a vez da Rússia e de vários países latino-americanos, entre eles o Brasil. Mas muitos países foram, até agora, pouco afetados por esta crise, como é o caso da maioria dos países capitalistas centrais – a exceção é o Japão, em crise há vários anos. Vários países asiáticos importantes – como a China e a Índia – até agora também sofreram pouco.

Os países mais duramente atingidos tinham todos uma característica em comum: além de déficit na balança comercial – importações superiores às exportações – tinham déficit nos serviços: pagavam contas elevadas de juros da dívida externa, remessas elevadas de lucros para o exterior e ainda gastavam muito com turismo fora do país (ou seja, os ricos desses países gastavam muito). Isto gerava um grande buraco nas contas externas. Diante disso, faziam políticas muito parecidas: para cobrir esse buraco, procuravam “atrair” mais capitais, pagando juros altos para os aplicadores financeiros e oferecendo para os capitalistas estrangeiros grandes negócios (vendendo barato empresas públicas).

2. Durante anos esta política atraiu capitais estrangeiros, que se interessavam pelas oportunidades de grandes lucros. Mas a dívida desses países e o peso das empresas estrangeiras aumentavam, o que levava a mais pagamentos de juros para o exterior e a mais remessas de lucros. O buraco nas contas externas tendia, portanto, a crescer. E os dólares que haviam entrado no país sempre podiam sair. Os governos desses países, com medo disto, passavam a oferecer cada vez mais vantagens para os capitalistas estrangeiros, tornando-os mais dependente.

A obrigação de fazer pagamentos cada vez maiores aos estrangeiros tinha consequências internas no país. Por exemplo, os governos precisavam abrir mais espaço no orçamento para pagar os juros da dívida pública, para isto cortando gastos com saúde ou educação ou diminuindo o pagamento das aposentadorias.

Era preciso também tentar aumentar as exportações, tornando-as mais baratas. Isto poderia ser feito corrigindo a taxa de câmbio – mas mexer no câmbio

A REALIDADE DA CRISE

era mal visto, pois daria prejuízos aos estrangeiros que haviam aplicado no país. Assim, procuravam reduzir os preços dos produtos de exportação pela diminuição do custo da mão-de-obra, reduzindo os direitos trabalhistas ou cortando diretamente salários.

Outra coisa que podia ser feita seria controlar mais a entrada e saída de dinheiro do país. Mas essa medida era ainda mais mal vista pelos aplicadores financeiros e pelos seus representantes, como o FMI, que cobravam cada vez mais liberdade para os movimentos de capitais.

3. Dos governos bem-comportados, isto é, que tomavam as medidas necessárias para pagar aos estrangeiros, cortando gastos com saúde e educação e diminuindo os direitos trabalhistas, sem cogitar de fazer nada que pudesse prejudicar os especuladores, dizia-se que “tinham feito o seu dever de casa”.

Mas isto não podia funcionar para sempre. Algum dia, alguém – algum investidor estrangeiro ou capitalista nacional que fazia negócios no exterior – desconfiava que o país já estava muito endividado, que estava precisando pedir cada vez mais dinheiro e que talvez não conseguisse pagar. Ele começava, portanto, a vender seus títulos ou ações no país e a mandar o dinheiro para fora. Outros investidores, além disso, podiam acreditar que o governo terminaria sendo obrigado a desvalorizar a moeda – aí, começavam a vendê-la com a perspectiva de comprá-la depois mais barata ou ainda a tomar empréstimos na moeda do país (por exemplo, o real) para comprar dólares, contando que quando tivessem de pagar estes empréstimos eles já valeriam menos dólares. Era o “ataque especulativo”.

4. Pela desconfiança dos investidores e pela especulação, o país em algum momento quebrava. Perdia o controle da situação, tinha sua moeda brutalmente desvalorizada. Passava a ter muito mais dificuldade de crédito. Era obrigado, então, a diminuir de forma drástica suas importa-

ções, a reduzir o consumo. Ou seja, entrava numa recessão selvagem. E, ainda por cima, ficava de pires na mão, e começava a negociar com os capitalistas estrangeiros (através de seu representante principal, o FMI) vantagens ainda maiores para eles para conseguir algum empréstimo novo que aliviasse um pouco a situação.

5. Tudo o que foi dito se aplica ao Brasil, com uma diferença: o Brasil entrou neste caminho mais tarde do que outros países e não chegou no final da história. Ainda não quebrou, como já aconteceu com outros.

O Brasil começou a seguir esse caminho desastroso com FHC. Quando Ministro da Fazenda, no governo Itamar, FHC assinou um péssimo acordo para o país com os credores da dívida externa – o Brasil ficou com o compromisso de pagar juros muito mais elevados do que os que outros países em situação semelhante. Depois, com o Plano Real, o valor do real foi fixado mais alto que o do dólar. As importações dispararam, as exportações caíram. O Brasil, que tinha superávit na balança comercial, começou a ter déficit. E tudo o que o governo fez depois foi para agradar os capitalistas estrangeiros: as mudanças na Constituição que facilitaram a desnacionalização da economia, as privatizações, a manutenção de uma das mais elevadas taxas de juros do mundo, a facilitação da remessa de lucros para os exterior, a tentativa de reforma da Previdência. O Brasil sequer teve alguns anos de crescimento da economia, como vários países asiáticos antes de quebrarem.

6. Passadas as eleições, FHC apresentou a conta ao país: negociou um pacote com o FMI em que, em troca de um apoio de cerca de US\$ 30 bi (para tentar tampar o buraco em suas contas exter-

nas), o governo se compromete a gerar receitas (aumentando impostos e cortando gastos públicos) no mesmo volume, além de ampliar a flexibilização do mercado de trabalho. O alibi do discurso governamental é “enfrentar a crise internacional” (como se o Brasil não estivesse no centro da crise) e melhorar as condições de gerar emprego (quando todas as medidas se orientam a baratear ou estimular demissões).

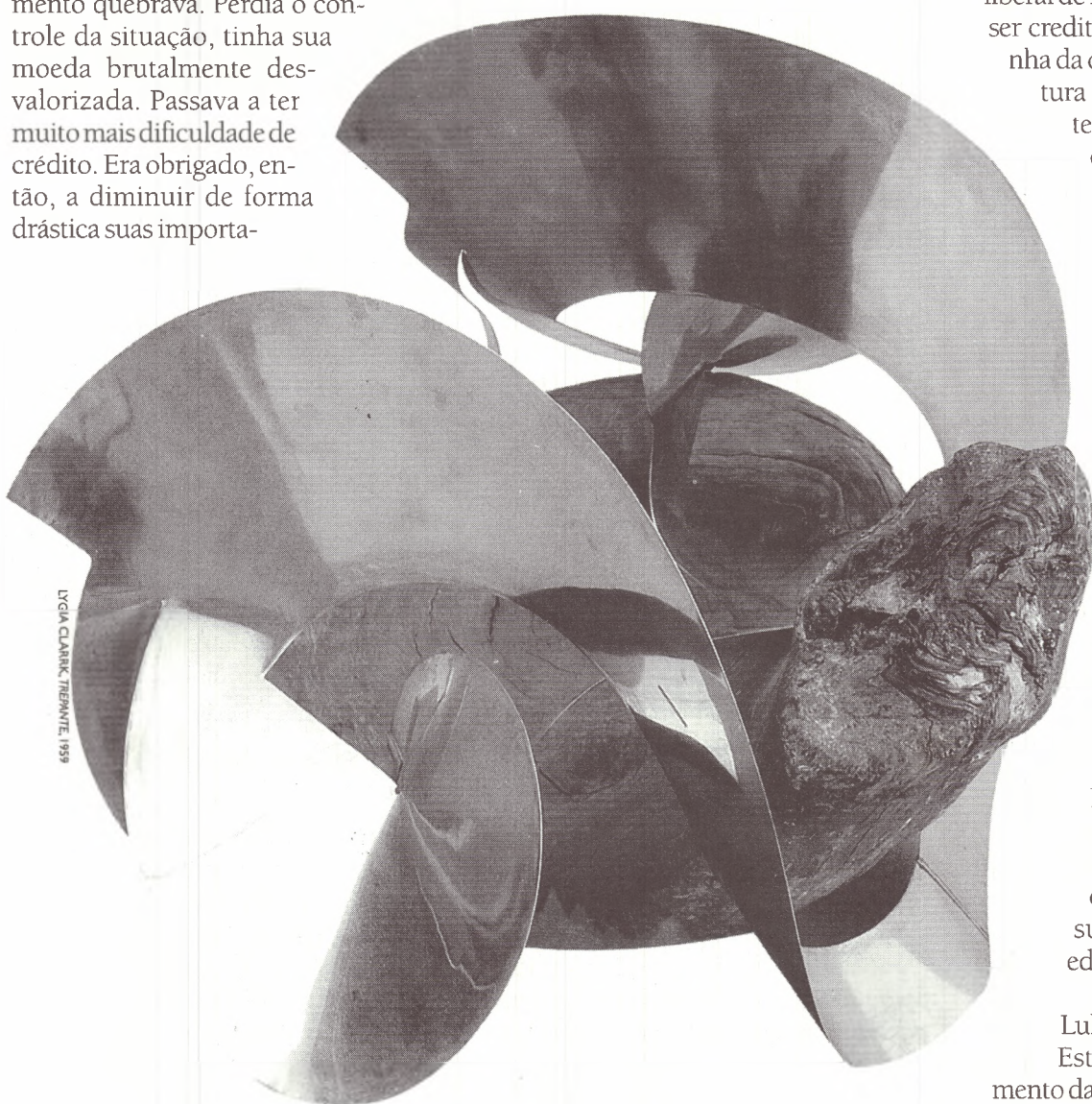
Pior: a origem da crise está na forma submissa ao capital internacional como o Brasil foi inserido no mercado mundial, mas o governo FHC, para enfrentar a crise dessa inserção, não toma nenhuma medida para reverter esse quadro de dependência. Apenas toma medidas internas para dar confiança aos credores do Brasil e da dívida pública interna que o governo vai pagar – para isso não hesitando em cortar gastos públicos essenciais, arrochar o funcionalismo, provocar demissões em massa nos setores privado e público. Impõe sacrifícios e não resolve o problema que deu origem à crise. Haverá novas crises e novas tentativas de empurrar o custo delas aos trabalhadores.

7. O problema do desemprego e do modelo que o provoca estará no centro do cenário nacional. Falta à esquerda fazer dele um problema político que questione a política das elites, de forma tal que ao discurso oficial se oponham não somente declarações bem intencionadas à imprensa mas também e sobretudo a revolta organizada dos que sofrem na mãos do sistema.

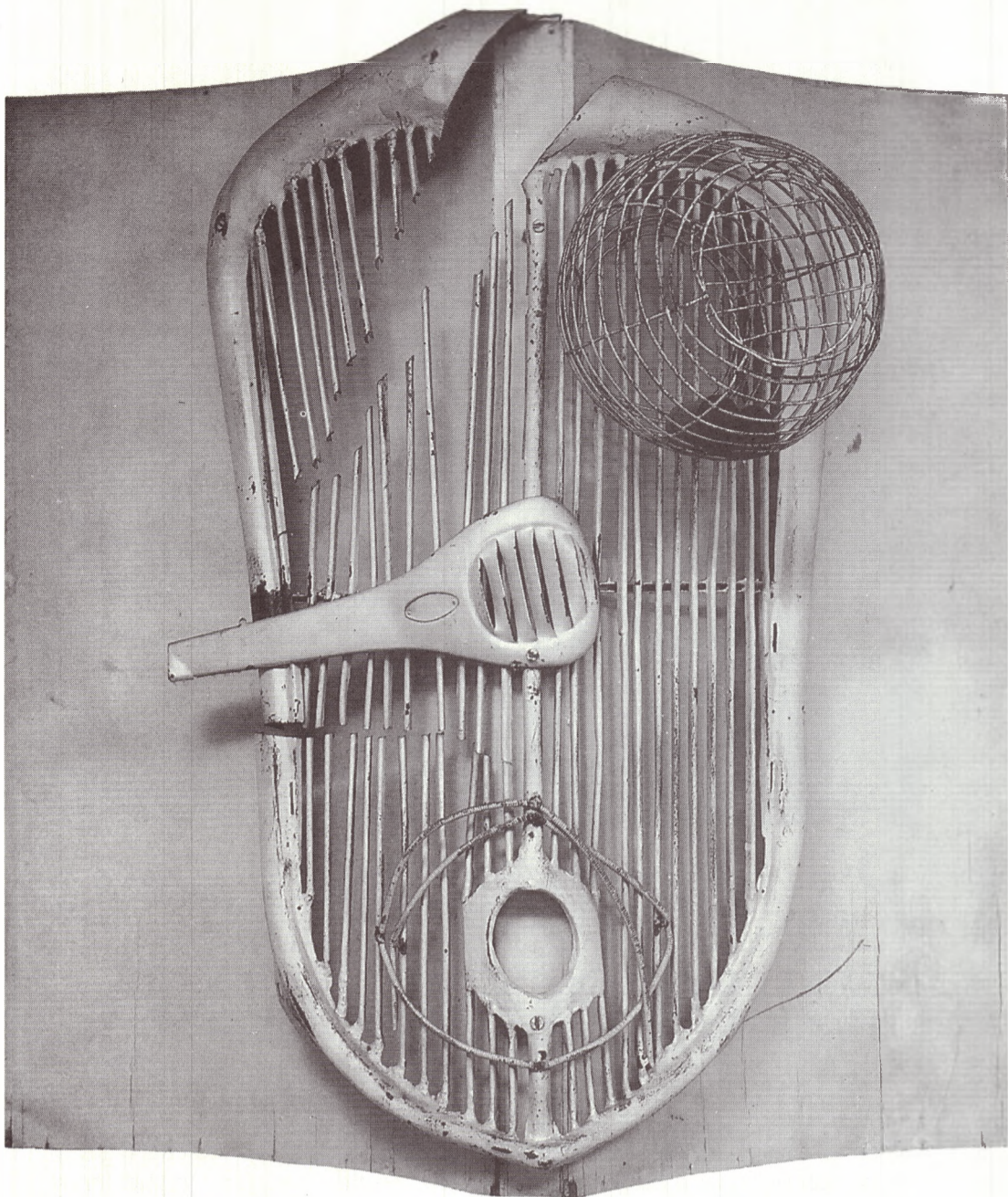
II. ELEIÇÕES E CRISE: OS IMPASSES DELES E OS NOSSOS

8. Os dois turnos das eleições de outubro mostraram que existe um amplo espaço para a oposição ao projeto neoliberal de FHC. Tal fenômeno não pode ser creditado à capacidade da campanha da oposição em torno à candidatura Lula já que a maior parte do tempo – exceção feita do período final – foi errática, despolitizada e confusa. Esse espaço é expressão do que foi acumulado em termos de oposição ao longo desses anos, em torno da luta pela reforma agrária e contra a violência do latifúndio, contra a privatização da CVRD e das Teles, na denúncia da compra de votos de parlamentares pelo governo e da política econômica que amplia a exclusão social, o desemprego etc. E também, foi resultado da franca deterioração da situação social no primeiro mandato de FHC. Qualquer pesquisa mostra que as principais preocupações da população são com a perda do emprego, o sucateamento da saúde e da educação etc.

A ampliação da votação do Lula, as vitórias da oposição em Estados importantes, o crescimento das bancadas de senadores e de-



LIGIA CLARKE/TRENTON, 1999



WALTER BARRAL/AGÊNCIA O Globo

putados, foram a tradução eleitoral desse maior espaço político de oposição ao governo.

9. O campo governista sai das eleições mais desorganizado do que entrou. A cúpula mais adesista do PMDB foi derrotada nas urnas, enquanto Itamar eleito governador de Minas Gerais (contra o PSDB) tentará liderar um reagrupamento dentro desse partido em torno a seus interesses de ser candidato a presidente da República em 2002.

O PSDB perdeu dois estados importantes (MG e RJ), mas conseguiu ampliar

sua bancada federal, é o partido com maior número de governadores e cresceram suas ambições de liderar o bloco governista no Congresso (onde reina ACM).

Essas tensões no campo governista fazem ressurgir a miragem política da existência de uma “centro-esquerda” onde gostaria de se acotovelar ainda o PPS de Ciro Gomes – credenciado por uma votação razoável – e, certamente, a atual maioria da direção nacional do PT. É a miragem que vem sendo alimentada em torno a Mário Covas – que destruiu os serviços públicos estaduais, entregou as estatais de energia, de telecomunica-

ções, do setor financeiro, as rodovias etc. – por Palocci e Genoino, que além de apoiá-lo no segundo turno (não apenas como um “anti-Maluf” mas também pelos seus “méritos”) tentam apresentá-lo como uma alternativa a FHC, como um aliado desejável.

10. O campo opositor foi conformado nas eleições pela coligação PT-PSB-PCdoB-PCB-PDT. O PSTU correu em faixa própria. O PPS e o PV lançaram candidatos próprios sem um perfil oposicionista.

O Parlamento foi palco de uma postura oposicionista coerente por parte do bloco liderado pelo PT. No entanto, o debate parlamentar é marcado pelo seu caráter fragmentário. Os governadores do PT (ES e DF) fizeram questão de ser o contraponto à este oposicionismo, mostrando uma postura adesista extrema. Ao invés de denunciar a chantagem do Executivo sobre os Estados, juntaram-se ao coro que fazia da política de FHC é uma necessidade. Em algumas prefeituras governadas pelo PT essa postura também se repetiu.

Não se supriu, assim, uma carencia básica do PT, a existência de uma visão alternativa, consistente e politicamente articulada, à do governo FHC. Ao contrário, o campo de oposição continuou apresentando-se programaticamente disperso.

Reflexo desse quadro, a campanha do Lula começou “recusando-se a falar em economia” e só querendo falar das políticas sociais que o governo negava, não implementava ou o fazia em escala muito insuficiente. Foi o estouro da crise da Rússia em agosto que mudou o quadro. Mas a essa altura não havia mais condições nem de colocar em pauta um projeto alternativo ao de FHC, nem de combater a visão que FHC divulgava sobre o

caráter “externo” da crise. De qualquer forma, a campanha Lula terminou melhor do que começou: colocou a crise em evidência, denunciou sua gravidade etc.

11. Essa miséria programática do PT animou outras iniciativas. Cabem destacar duas. Por um lado, o MST, a CMP e setores progressistas da Igreja Católica promoveram a Consulta Popular, que vem tentando criar um espaço de discussão política programática de alternativas ao neoliberalismo para um leque amplo de militantes sociais. O prestígio do MST deu força a esta iniciativa e a presença de alguns intelectuais de esquerda permitiu que os debates assumissem contornos de uma continuidade da discussão programática abandonadas pelo PT. Mas os dirigentes da Consulta Popular não contrapuzeram sua iniciativa à campanha do Lula; era uma iniciativa não concorrencial, reconhecendo que para disputar com FHC a chance era o crescimento dessa candidatura.

Por outro, o PSTU se candidatou a ser um teste das alternativas para a esquerda brasileira. Ele tentou apresentar uma discussão programática tensionando pela esquerda a campanha do Lula, com candidato próprio à Presidência e uma face simpática na sua propaganda eleitoral. Mas o resultado eleitoral obtido pelo PSTU em praticamente todo o país mostrou que o problema político programático não se resolve com palavras. O programa só adquire sentido quando vira movimento, quando toma corpo em setores organizados do povo.

12. A existência do PT como partido de massas, com uma imensa presença na classe trabalhadora e uma postura de apoio às lutas populares (mesmo que não as organize nem as conduza), fizeram dele a ferramenta eleitoral dos que se opõem ao neoliberalismo – ainda que setores majoritários de sua direção se empenhem em bloquear a perspectiva de fazer dele a base para a construção do partido revolucionário no Brasil e, ao contrário, tentam construí-lo como um “partido da ordem”.

O PT domina na população o imaginário político de oposição a FHC, mas seu caráter oposicionista é frustrado pela orientação que lhe imprime sua direção. Sua miséria programática é expressão desse impasse.

Porém, o que estas eleições dizem mais uma vez é que uma esquerda revolucionária deverá se construir no campo do PT e em oposição à maioria de sua atual direção. Este processo terá altos e baixos, como é próprio dos árduos processos de formação da consciência de classe revolucionária dos trabalhadores. Mas esta situação não é novidade para os militantes revolucionários. Pelo menos desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista, 150 anos atrás, as formas assumidas pela relação dialética entre vanguarda e classe, entre revolucionários e o conjunto dos trabalhadores organizados, já fora detectada como um dos grandes desafios para a esquerda revolucionária. Os dilemas vividos na construção da CUT como central sindical combativa estão no mesmo campo teórico e de análise histórica que esboçamos em relação ao PT.

CONSTRUIR NOSSA ALTERNATIVA

São cada vez mais fortes as vozes que falam acerca da proximidade do crepúsculo do neoliberalismo. Em importantes regiões do planeta, governos e partidos políticos que se nutrem desta política nefasta conhecem problemas e experimentar derrotas e deslocamentos de poder.

Em função disso assistimos, por parte de setores da social-democracia europeia (que está no governo em 13 dos 15 países da Comunidade Europeia), a um movimento que busca recuperar teses clássicas do keynesianismo, adaptando-as ao novo contexto histórico, como forma de construir uma alternativa burguesa à crise que o modelo neoliberal vigente sofre. Não se trata de uma volta ao *welfare state* clássico, mas de defender algumas formas de controle estatal mínimo sobre uma dinâmica que está produzindo riscos crescentes para a estabilidade do sistema capitalista, tanto do ponto de vista da acumulação, como por seus enormes impactos sociais.

No Brasil, FHC se reelegeu com base num programa neoliberal. Há uma avaliação consensual de que enfrentará mais dificuldades para governar do que em seu primeiro mandato, por conta da crise social e econômica que esta gerando. Há indicações de que esta crise poderá ganhar contornos políticos e provocar fissuras e cisões na base de sustentação do governo e com abrir um

processo que crie condições objetivas para a alteração da correlação de forças no país. Como seu programa e seus compromissos têm como base a gestão liberal do Estado, FHC terá dificuldades de redirecionar a política de seu governo em direção às alternativas ao neoliberalismo que estão sendo forjadas, a nível internacional, no campo burguês.

OCUPAR O ESPAÇO POLÍTICO

Tenderá a existir, pois, um importante vácuo no processo político, que pode ser ocupado pela esquerda em geral, a partir da formulação de um projeto que consolide nas massas um programa democrático, popular e socialista.

Isso deve combinar, por um lado, a luta institucional a partir de uma radical democratização do Estado através da participação popular, como já começa a se fazer através do Orçamento Participativo, e da erradicação da corrupção, da fraude, da sonegação e dos favorecimentos, além de uma luta dura e cotidiana contra o desemprego, tanto na construção de programas de desenvolvimento econômico quanto no fomento da economia popular e solidária. O governo do Rio Grande do Sul deve ser símbolo e referência desta política.

Por outro, devemos fortalecer os movimentos sociais a partir de uma oposição implacável ao governo FHC e a seus aliados estaduais através da construção de lutas e ações unitárias, fortes, massivas, bem planejadas e com continuidade, de modo a deslocar a prioridade da CUT e de outros movimentos sociais da luta interna para a

luta de classes. A nossa Central Sindical não tem conseguido, no último período, oferecer uma resistência e muito menos um combate consistente à rapina que a classe trabalhadora sofre. Carece de um projeto nacional que vise unificar as lutas. Infelizmente não consegue potencializar o papel estratégico que pode e deve cumprir num enfrentamento de tal envergadura.

A vitória de Olívio e Rossetto no Rio Grande do Sul foi um enfrentamento de classes sem precedentes. Aí, a CUT é dirigida pela esquerda da Central e o engajamento do movimento sindical na campanha eleitoral – mantendo sua autonomia em relação a partidos e sua independência em relação ao Estado, mas entendendo que em momentos de disputa de projetos de sociedade não pode ficar omissa – foi inédita e fundamental na construção da vitória. Desde 1996, o combate ao governo Britto foi sem tréguas, com massas em movimento nas ruas protestando e reivindicando, como por exemplo, a última Marcha dos Sem, em 23 de julho de 1998, que reuniu debaixo de chuva mais de 20 mil combatentes.

Por fim, devemos disputar com o programa alternativo ao neoliberalismo e ao nekeynesianismo (ou a um social-liberalismo), com nossa presença qualificada na institucionalidade e com nosso crescimento qualificado nos movimentos sociais e populares, a direção do PT para, junto com todas as forças engajadas na luta pelo socialismo, oferecer uma alternativa real de transformação social no plano internacional.

Chico Vicente é presidente da CUT/RS e do Sindimetro/RS

ESTE TEXTO É UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A DISCUSSÃO SOBRE CONJUNTURA DA III CONFERÊNCIA DA ALTERNATIVA SINDICAL SOCIALISTA (QUE OCORRERÁ EM DEZEMBRO/98).

“BANCO DE HORAS”, NÃO!

A CUT Nacional fez um seminário sobre estratégia sindical frente ao “banco de horas” (medida instituída pelo governo FHC que permite às empresas compensar as horas extras até um ano depois de ter sido realizadas sem pagar adicional). Foi unânime a opinião de que, aplicada como o governo e as empresas querem, isso leva ao aumento das demissões (já que pode-se produzir o mesmo com menos trabalhadores ao longo do ano). Também o trabalhador passa a ter jornadas “normais” (sem pagamento de horas extras) de até 60 horas semanais e outras mais curtas, sem poder programar sua vida privada. E diminui o salário do trabalhador já que agora faz horas extras mas não recebe como tal. O seminário detectou também que a pressão patronal é muito grande e que é difícil aguentá-la em cada sindicato isolado. É necessário que os sindicatos (via CUT) unifiquem suas campanhas de resistência. É o que fizeram, por exemplo, os metalúrgicos de Rio Grande do Sul.

EXPLORAÇÃO NO “BANCO”

A CUT tem uma posição contra o “banco de horas” do governo, já certos “cutistas”... Vários sindicatos de rodoviários filiados a CUT assinaram acordos válidos para os motoristas de ônibus interestaduais definindo que quando o ônibus para na estrada para o intervalo de lanche etc. esse período (15 minutos, meia hora) não conta na jornada do trabalhador. E com um “banco de horas” que estabelece que quando o motorista vai dormindo no banco ao lado no revezamento na estrada ele está “compensando” horas extras. E quando o motorista fica na garagem longe de casa esperando o ônibus que vai levá-lo de regresso, também está “compensando”. Esses acordos são tão escandalosamente pro-patronais e violatórios dos direitos trabalhistas que o Ministério Público do Trabalho de Brasília entrou com uma ação para suspender várias de suas cláusulas. Falta a CUT Nacional se posicionar frente aos feitos destes “cutistas”.

CORRIDA AO OURO

A última reunião da Executiva Nacional da CUT aprovou um projeto de “Centro de Atendimento Integral ao Trabalhador” a ser implantado no ABC paulista, que é a cópia cutista daquele outro que a Força Sindical fez aprovar meses atrás e implantou no Sindicato dos Metalúrgicos da capital. Em um e outro caso trata-se do FAT ceder recursos para que uma central sindical faça intermediação de mão-de-obra articulada com os cursinhos de reciclagem profissional e o pagamento de seguro desemprego. O alibi em ambos casos é que a estrutura pública existente (os SINEs) estão sucateados. Na reunião, a Articulação Sindical votou sozinha a proposta e não respondeu aos principais questionamentos. Por que os recursos vão para as centrais? Por que não criar/fortalecer espaços efetivamente públicos de articulação dessas políticas? Qual é nosso interesse em transformar a esfera do sistema de emprego, que deveria ser “pública”, em uma arena de disputa privada entre centrais sindicais? Ao invés de argumentos venceu a lógica da disputa de aparelhos das centrais pelo acesso aos recursos financeiros do FAT, num momento em que os recursos vindos dos filiados da base estão secando. Antes os SINEs estavam sucateados, agora está se perdendo a noção de políticas públicas de emprego.

O GOVERNO NÃO
CONSEGUIRÁ ARRECADAR OS
R\$ 15,8 BILHÕES QUE
PRETENDE COM O PACOTE.
ENQUANTO ISSO, SÓ O
AUMENTO DA TAXA DE
JUROS VAI CUSTAR MAIS
R\$ 11 BILHÕES EM APENAS
QUATRO MESES.

FÁBIO PEREIRA

O chamado “Programa de Ajuste Fiscal” anunciado pelo governo no último dia 28 de outubro é o último lance de

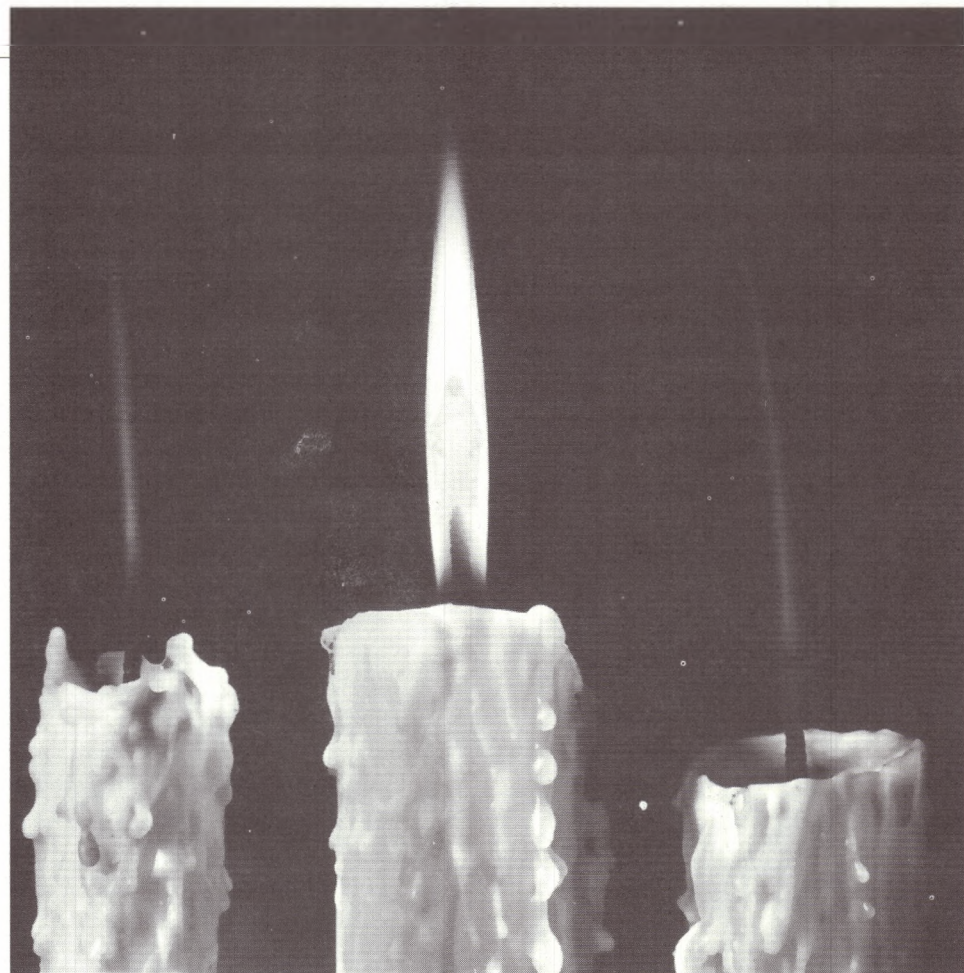
uma desesperada tentativa de manter o atual modelo de política econômica. Adaptado do figurino do “Consenso de Washington”, ele conseguiu derrubar as altas taxas de inflação que se seguiram à crise da dívida dos anos 80. Mas o fim das altas inflações se fez com base em uma política de supervalorização cambial, queda das tarifas de importação e liberalização dos movimentos de capital, por um lado, e manutenção de elevadas taxas de juros, por outro, que conduziram o Brasil a um grau de endividamento e dependência do capital especulativo externo e interno como jamais se viu.

O pacote FHC/FMI é uma “aposta” da equipe econômica que patrocinou o modelo na sua manutenção. A vulnerabilidade do país já havia ficado clara no início de 1995 com a crise do México. Tornou-se inegável, mesmo para os governistas mais empedernidos, com a crise da Ásia em meados de 1997. E revelou-se de forma dramática para o país com a moratória da Rússia e a generalização da crise, que ameaça atingir até os Estados Unidos e a Europa, centros dinâmicos da acumulação capitalista.

MANTER TUDO COMO ESTÁ

Frente a uma fuga de capitais que consumiu mais de 30 bilhões de dólares das reservas internacionais em dois meses, a estratégia do governo foi tentar repetir as medidas do final de 1997, que conseguiram recompor e até aumentar as reservas do país naquele momento: primeiro aumentou-se a taxa de juros de 19 para 29%. Com a continuidade e agravamento da saída de dólares, novo aumento da taxa de juros: de 29 para quase 50%. Mas nem assim a sangria parou. FHC, ainda antes das eleições, passou a negociar um acordo com o FMI visando a um empréstimo que pudesse assegurar no curto prazo a recomposição das reservas, condicionado a um pacote de ajuste fiscal que procura recompor a “confiança” dos especuladores internacionais na capacidade do Brasil continuar honrando suas dívidas interna e externa. Ou seja, como sempre, um “pacote de ajuda” não ao Brasil mas aos credores do Brasil. A “aposta” da equipe econômica é que o fluxo de investimentos especulativos internacionais será retomado, pelo menos em nível suficiente para equilibrar o balanço de pagamentos.

O governo tenta interromper a evolução da dívida pública – que passou de 24% do PIB em 1993 para mais de 40% do PIB hoje, um aumento de mais de 120



PACOTE: APOSTA NA VOLTA DO CASSINO

bilhões de reais em valores atuais. Frente a uma crise originada no setor externo da economia, porque o governo lança um pacote que procura reverter, em primeiro lugar, o seu problema de endividamento interno? Inicialmente, para reconquistar a confiança dos especuladores internacionais de que poderá honrar os pagamentos dessa dívida e, assim, atraí-los novamente. Em segundo lugar, tenta atacar parcialmente o problema do déficit em transações correntes pela via da recessão interna. Em terceiro lugar, consegue assim recursos do FMI e dos países do G-7 para enfrentar a turbulência imediata (mediante o compromisso de manutenção da atual política de abertura comercial e financeira, privatizações etc.) assegurando aos credores externos o pagamento das dívidas de curto prazo, que podem chegar a cerca de 50 bilhões de dólares nos próximos 12 meses.

O custo dessa política é o agravamento da recessão, com perspectiva de desemprego até 50% maior que o atual, ou mais do que o dobro do início do Plano Real e o brutal corte de gastos em serviços públicos essenciais. E, ainda assim, é um programa que deposita suas esperanças na retomada dos fluxos de capital para o Brasil a curto prazo. Ou seja, o pacote “dar certo” significa apenas a manutenção da atual política econômica por mais algum tempo, pois ela é claramente insustentável no longo prazo, pelo menos do ponto de vista do crescimento e da distribuição de renda no país.

INVIABILIDADE

Além disso, a pretensão do governo de diminuir em 28 bilhões de reais (3% do PIB) o déficit fiscal em 1999, com base no programa anunciado, enfrenta uma série de dificuldades, pois sua capacidade de deter a crise, mesmo nos termos colocados pela atual política econômica, é muito mais limitada do que o governo anuncia.

O governo não vai arrecadar os 15,8 bilhões de reais a mais que pretende com o pacote. Primeiro porque aumentos de alíquotas de imposto dificilmente conduzem a aumentos na mesma proporção

da arrecadação, como calcula o governo. Segundo porque a recessão (entre 1% e 3% são os “palpites” até agora) vai diminuir a base sobre a qual incidem todos os impostos, diminuindo a arrecadação pelo menos nessa proporção (dados já confirmados pela queda da arrecadação federal em outubro). O quadro das finanças do governo não é animador:

a) Apenas entre setembro e dezembro de 1998 o aumento da taxa de juros vai custar mais de 11 bilhões de reais, segundo cálculos da *Gazeta Mercantil*. Entre outubro de 1997 e outubro de 1998 custou cerca de 25 bilhões de reais. Para voltar a atrair capital especulativo o governo não pode baixar muito esses juros. O pacote anuncia uma meta de juros médios de 22% em 1999. Para uma inflação zero, é um escândalo. Incidindo sobre quase 400 bilhões de reais, serão 80 bilhões de juros pagos em 1999, contra cerca de 72 em 1998 e 45 em 1997.

b) A recessão e aumento do desemprego e da miséria vai fazer aumentar a demanda por serviços públicos, com pressão sobre os gastos.

c) O impacto da recessão sobre o déficit em transações correntes dificilmente ultrapassa os 10 bilhões de dólares em 1999. Isto significa um déficit de 25 bilhões no próximo ano. Como há também dívidas de curto prazo de cerca de 50 bilhões, o Brasil teria de assegurar em investimento direto (o que é provável, mas em menor quantidade que em 1998), capital especulativo e refinanciamento praticamente a mesma quantidade de recursos que atraiu em 1997, antes da crise. Ou gastar suas reservas.

Frente a esse quadro, mesmo em um cenário onde o governo aprove todas as medidas que está propondo, o ajuste ficará aquém do proposto. A maior possibilidade é de que a “aposta” da equipe econômica, de retomada do fluxo de capitais, fracasse parcial ou totalmente. O resultado seria um quadro de crise cambial e agravamento da recessão, com uma desvalorização do real com o país já praticamente sem reservas internacionais.

FÁBIO PEREIRA É MEMBRO DO DR DO PT DE SÃO PAULO.

UM BALANÇO NACIONAL



Por mais importante que seja o período restrito da campanha, a vitória se constrói antes, lastreada no cotidiano das disputas,

na coerência das atitudes do partido, forjando uma identidade que busca representar os de baixo, diferenciando-se dos representantes dos de cima.

O ambiente político do país foi, desde a introdução da reeleição, de baixa polarização. O governo não queria isso e a oposição liderada pelo PT estava desorientada. O PT perdeu muito tempo discutindo a formação da centro-esquerda, com Ciro Gomes e outros, que acabou não saindo. Sem essa frente e com um rosário de dúvidas sobre a candidatura de Lula, a maioria da direção não foi capaz de preparar o PT para a disputa eleitoral.

O período anterior à campanha foi marcado pela forte ofensiva do governo com o leilão da privatização da Telebras. Neste episódio, o PT e a candidatura Lula estiveram fora do foco. Foi a partir daí, no entanto, que ocorreu um forte debate na coordenação da campanha Lula e algo se moveu.

Recapitemos. A maioria da direção assentou sua política na "ampla política de alianças". O pessoal da área de propaganda, analisando as pesquisas realizadas pela campanha, com o apoio da maioria da coordenação, apresentou uma proposta inicial que tinha como marca aquela bolinha azul sorrindo. O eixo da campanha seria a "denúncia social". A moeda, o Real, era muito bem aceita pela população e não podia ser atacada. Lula não devia falar sobre economia, que este era o discurso do adversário. Quanta confusão! No entanto, o agravamento da crise econômica e a queda generalizada das bolsas em todo o mundo obrigaram a campanha a tomar outro rumo. Foi necessário dizer que a responsabilidade da crise era do governo FHC e o Brasil precisava de uma outra política e de um novo governo. Esta tese tão elementar para quem se entende numa disputa pelo poder parecia heresia aos ouvidos de alguns. Os mesmos que gostavam da bolinha azul sorrindo e num ato insensato colocaram os panos brancos no primeiro programa do horário gratuito. Os panos brancos sumiram, mas a bolinha ficou até o fim. O que diminuiu o efeito da bolinha azul é que a figura de Lula, identificada com o PT e com a oposição, "falou mais alto" sobre os temas próprios de uma campanha presidencial.

Para uma vitória política significativa Lula precisava ir para o segundo turno. FHC não pode, porém, comemorar. Lula ganhou em dois estados (RS e RJ) e em uma dezena de capitais. E o PT saiu liderando uma frente de esquerda, com presença em todo o território nacional, com envergadura para ser uma oposição implacável ao governo FHC.

AS ALIANÇAS

O PT saiu nacionalmente fortalecido deste processo eleitoral. Este partido precisa ser resgatado. Para alguns candidatos, os institutos de pesquisa anunciavam índices mínimos. Não foram eleitos, mas tiveram votações significativas, especialmente nos maiores centros urbanos. É o caso das candidaturas ao Senado de Ana Júlia no Pará, de Haroldo Sabóia no Maranhão, de Hugo Manso no

Rio Grande do Norte. Das candidaturas ao governo de Milton Mendes em Santa Catarina e de Zezéu na Bahia. Na maioria dos casos, candidaturas da frente de esquerda.

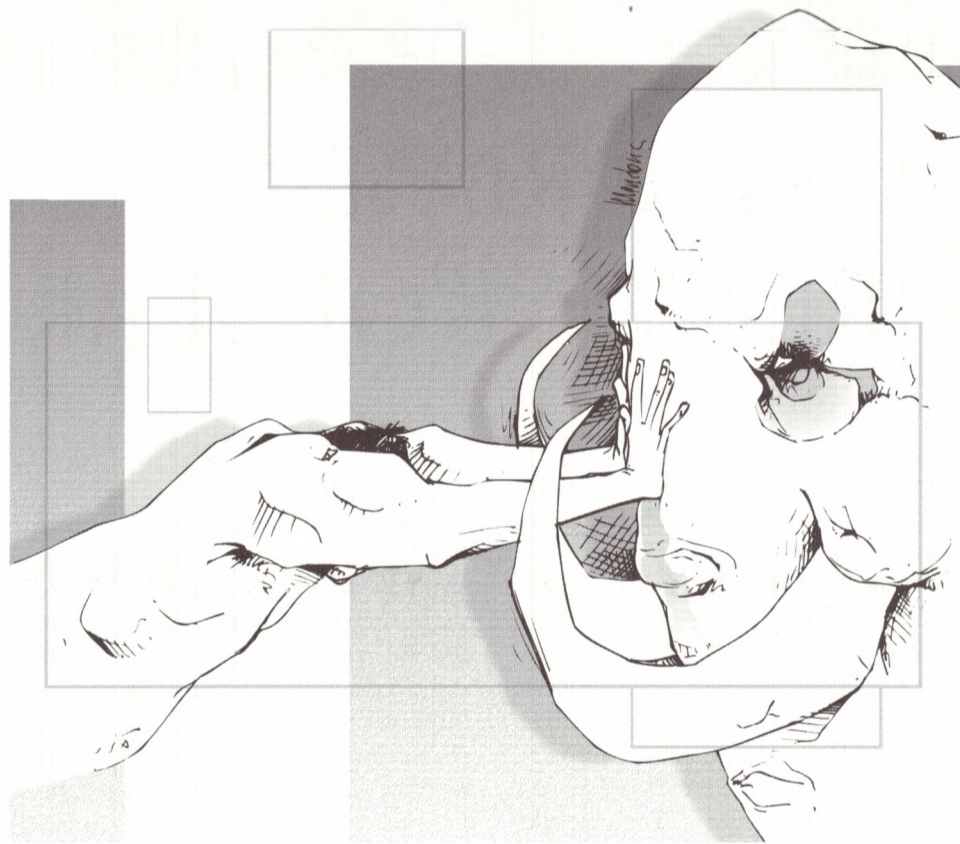
Em Alagoas, a frente PSB-PT, desfeita em 1996, se rearticulou para enfrentar a brutal crise econômica, social e política em que as oligarquias haviam jogado o estado. A grande mobilização popular que pôs fim ao governo Suruagy soldou a aliança para a vitoriosa campanha que elegeu Lessa governador e Heloísa Helena senadora.

Será necessário debate para construirmos no PT uma visão mais homogênea sobre alianças eleitorais. A verificação de resultados eleitorais pode ajudar.

alianças sem coerência, quando a alternativa de mudança não é nítida, o resultado é negativo. Nada se acumula, muitas vezes se perde.

EXEMPLOS OPOSTOS: SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL

A candidatura da Marta não foi para o segundo turno por *um pouquinho*. A direção do PT de São Paulo não acreditava que era possível disputar e vencer contra o malufismo e contra os tucanos. Pretendia uma participação coadjuvante no primeiro turno. Na reta final da campanha, especialmente após o bom desempenho no último debate na TV, a



A aliança com o PDT foi importante no plano nacional e para vencer no Rio Grande do Sul. E no Rio de Janeiro? Qual o balanço sobre a anulação do Encontro Estadual do PT? Garotinho foi para o segundo turno e ganhou. Em que atrapalharia a candidatura do PT? No Rio Grande do Sul, PT e PDT conviveram com suas candidaturas no primeiro e se uniram no segundo turno. Em 1994 o PT foi muito mal no Rio, mas isto não anula a possibilidade de disputar e se refazer.

E o PDT em São Paulo? Rossi superou todas as expectativas. A dúvida é se retornou ao malufismo ou se nunca o havia abandonado. E o PSB? O extraordinário desgaste do governo Arraes em Pernambuco não foi superado por uma opção à esquerda, pois não construímos uma alternativa própria. Quem ganhou foi a aliança PMDB/PFL. Em São Paulo o PSB estava com Rossi e no segundo turno o vice que era do PSB, Pinotti, também apoiou o Maluf.

No Amazonas o PT ficou numa frente que tinha o PPB. A Executiva Nacional decidiu que tinha que sair desta frente. Não saíram, recorreram. Não houve a intervenção. O PT elegeu um deputado estadual. A boa votação do candidato ao senado, Marcos Barros, foi devido ao PT ou à aliança com o PPB?

Com frentes de esquerda, cuja unidade é construída anteriormente, nos diferentes embates sociais e políticos, pode-se enfrentar e vencer o domínio das oligarquias conservadoras. Com a-

candidatura da Marta precisava de mais impulso, de mais direção, de mais material. E não teve nada disto. A incapacidade de organizar vitórias possibilitou que a sórdida campanha tucana do voto útil galvanizasse apoios em parte do eleitorado petista. Deu no que deu. Por um pouquinho estaríamos escrevendo outra história.

A vitória do PT no Rio Grande do Sul foi, de outro lado, construída por uma história de coerência, buscando a hegemonia no conjunto da esquerda e disputando sempre como alternativa de governo. Esta postura plasmou o PT gaúcho na construção de um partido com nitidez programática e imbuído na vocação de ser governo. É porque confiou em suas próprias forças, construiu lideranças e referências políticas regionais e teve sensibilidade para construir uma política e alianças alicerçada na esquerda, que o PT gaúcho pode atrair todo o campo democrático e popular.

O SEGUNDO TURNO

O acúmulo político do PT foi bastante comprometido com a fragmentação ocorrida no segundo turno. Há anos o partido sofre a tensão de centros autônomos de poder, que buscam se legitimar de forma conflituosa com as definições partidárias. Mas os acontecimentos verificados nestas eleições, especialmente no segundo turno, tomaram dimensões que comprometem mesmo a noção

PARA UMA VITÓRIA POLÍTICA SIGNIFICATIVA, LULA PRECISAVA IR PARA O SEGUNDO TURNO. MAS FHC NÃO PODE COMEMORAR: O PT SAI DAS ELEIÇÕES LIDERANDO UMA FRENTE DE ESQUERDA COM PRESENÇA EM TODO O PAÍS.

JOAQUIM SORIANO

de partido político que o PT inaugurou.

A executiva nacional reafirmou a posição do encontro e orientou a militância a não apoiar partidos e candidatos da base de sustentação do governo FHC. Em São Paulo, porém, a executiva estadual aprovou uma resolução dubia, contrariando a resolução nacional, mas o que se viu foi um desfile de petistas nos programas do governador tucano. Não só declarações de voto a favor de Covas e contra Maluf, remontando à polarização ditadura x democracia, mas de apoio, ressaltando as qualidades do governo tucano. Este quadro é agravado com o debate sobre participação no governo Covas. Apoiar ou mesmo colaborar com o principal governo estadual que dá sustentação a FHC é, no mínimo, exaurir forças da oposição e, no máximo, sinal de capitulação ao projeto neoliberal.

Em Minas Gerais, no segundo turno, prefeitos e deputados do PT se dividiram - parte apoiou Itamar Franco do PMDB e parte Eduardo Azeredo do PSDB. Depois da vitória do primeiro, um argumento forte dos que querem participar do governo Itamar é que agora os que apoiaram Azeredo também querem participar! Este adesismo ao governo impressiona pela velocidade com que se alteram as avaliações das forças políticas adversárias e pelo abandono da idéia de construir alternativas próprias.

No Distrito Federal Cristóvam Buarque buscou e obteve apoio de FHC, do PFL, de ilustres do governo Collor, como Paulo Otávio e perdeu. A diferença foi pequena. No afã de ampliar as alianças à direita pode ter perdido a adesão ativa de setores sociais democráticos. A candidatura foi tão "ampla" que perdeu sua identidade. Perdeu a eleição para um populista de direita que manipula as parcelas mais pobres da população.

O balanço do processo eleitoral de 1998, precisa ser amplo e profundo, a fragmentação ronda o PT e é necessário barrar este processo. A votação que o PT recebeu em todo o território nacional afirma que o PT é entendido por amplos setores sociais como a sua representação política. O PT não pode virar as costas para esta responsabilidade. É preciso reconhecer nossos erros e acertos e reafirmar um projeto de sociedade distinto da barbárie que o capitalismo deixa como legado do século XX.

JOAQUIM SORIANO É SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT.

A CONQUISTA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL É A PRINCIPAL VITÓRIA DO PT NAS ELEIÇÕES DE 1998, FRUTO DE UMA DISPUTA MARCADA PELA LUTA DE CLASSES E POLARIZADA ENTRE DOIS PROJETOS.

EDUARDO MANCUSO



A conquista do governo do Estado do Rio Grande do Sul é a principal vitória do PT nas eleições de 1998. Na disputa gaúcha, marcada pela luta de classes e polarizada pelo confronto de dois projetos antagônicos, a alternativa democrática e popular, através de uma campanha de massas, de esquerda e militante derrotou o projeto neoliberal das elites estaduais.

Já o resultado do primeiro turno das eleições no Rio Grande foi uma derrota política para os representantes do neoliberalismo e uma grande vitória do PT. A soma dos votos de Olívio Dutra (2,295 milhões) e da senadora Emília Fernandes (309 mil), candidata do PDT, superou a votação do governador Antonio Britto (2,319 milhões), e Lula derrotou FHC pela segunda vez no Estado, com mais de 400 mil votos de vantagem.

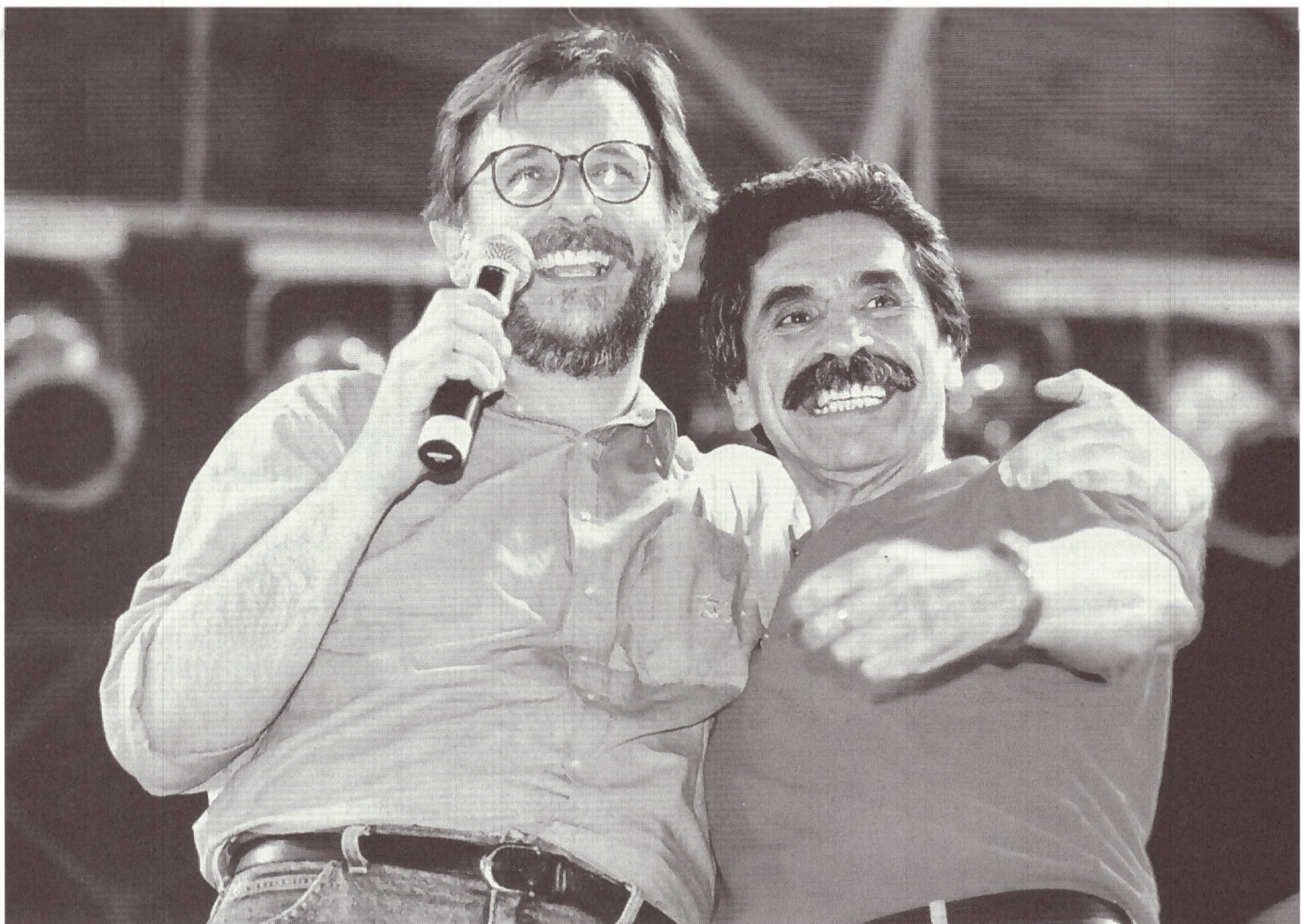
Para a Assembleia Legislativa, a coligação de Britto, "Rio Grande Vencedor" (os petistas diziam "Vendedor") elegeu 35 deputados estaduais, enquanto a Frente Popular elegeu 13 (12 do PT e 1 do PSB) e o PDT elegeu 7 deputados. Para a Câmara Federal, das 31 cadeiras do Estado, a Frente Popular elegeu 9 (8 do PT e 1 do PSB) e o PDT elegeu 4 deputados federais.

ORÇAMENTO 50 VEZES MAIOR

A disputa do segundo turno não fazia parte dos planos de Britto. Toda a campanha do governador licenciado foi montada para ganhar a eleição no primeiro turno. Com uma aliança de 11 partidos, Britto tinha quatro vezes mais tempo na propaganda de rádio e TV do que Olívio. O orçamento da sua campanha no primeiro turno foi cinquenta vezes maior do que o da Frente Popular.

Foi uma campanha profissional em todos os detalhes, orientada por pesquisas qualitativas e quantitativas em profusão, por uma impressionante quantidade de pessoas contratadas para carregarem bandeiras do Britto e pela escandalosa manipulação de pesquisas de intenção de voto na mídia (principalmente as do Ibope), que davam como certa sua vitória já no primeiro turno.

Na Frente Popular, ao contrário, a coordenação da comunicação da campanha era exercida por dirigentes partidários e os programas realizados (com brilhantismo) pela equipe da Casa de Cinema, a partir de decisões tomadas em conjunto, entre os profissionais da criação e os coordenadores políticos da campanha. Havia a clareza de que não se tratava de vender um produto, mas sim de



RENÉ CARVALHO

A VITÓRIA DA FRENTE POPULAR

apresentar à população idéias de mudança e um programa alternativo para o Rio Grande.

A campanha da Frente Popular soube responsabilizar o governo Britto pelo aumento do desemprego no Estado, pelo caos na saúde, pela crise da agricultura, pela entrega do patrimônio público. Olívio Dutra denunciou sistematicamente a falta de palavra do governador Antonio Britto, que nas eleições de 1994 comprometeu-se perante o povo gaúcho a não privatizar a CRT (telefônica) e a CEEE (energia elétrica).

TERRORISMO DE CLASSE

A campanha Britto utilizou muito das calúnias e difamações contra o PT e o Olívio, através de uma enxurrada de asquerosos panfletos apócrifos — que a justiça eleitoral não dava conta de apreender. Além disso, tivemos o "terrorismo social", isto é, uma campanha um tanto desesperada, mas muito bem articulada, de chantagem e ameaças por parte do grande empresariado gaúcho em relação aos trabalhadores, em todos os ramos da economia gaúcha. Este terrorismo de classe, que ameaçava com o fechamento de fábricas, com demissões em massa, com a suspensão de contratos com o Estado, caso Olívio ganhasse, cresceu no segundo turno. Foi algo nunca visto, tanto em amplitude quanto em intensidade, uma verdadeira "histeria de classe".

Mas tudo isso não impediu a vitória da Frente Popular. O carisma de Olívio, a garra da militância, a imagem positiva do PT em Porto Alegre, somados à postura oposicionista do povo gaúcho derrotaram não apenas Britto e FHC, mas o bloco histórico das classes dominantes do Rio Grande do Sul.

No segundo turno, após recuperar-se do choque da derrota, Britto resolveu apostar na estratégia dos debates, estimulando os meios de comunicação a

realizá-los em série.

Vieram os debates, e o desempenho firme de Olívio, as denúncias sobre a situação do Estado e a postura subversiva de Britto em relação ao governo federal, o privilegiamento dos grandes em detrimento dos pequenos, o crescimento do desemprego e a crise da saúde, o entreguismo do patrimônio público e a falta de palavra do candidato das elites, puzeram por terra esta estratégia final.

Lula e Brizola estiveram presentes em toda a campanha de Olívio Dutra, e a participação do PDT na campanha do segundo turno foi decisiva para a vitória da Frente Popular. O resultado oficial do segundo turno no Rio Grande do Sul foi o seguinte: de 5.745.205 votantes, Olívio obteve 2.844.767 votos (50,78% dos votos válidos) e Britto 2.757.401 (49,22% dos votos válidos).

O DESAFIO DO GOVERNO

A partir de 1º de janeiro, Olívio e Rossetto terão o desafio de governar o quinto maior Estado brasileiro, com gravíssimos problemas financeiros e uma negociação da dívida feita com o governo federal que inviabiliza qualquer investimento, sem maioria na Assembleia Legislativa e com um adversário no Palácio do Planalto.

Mas quem disse que seria fácil?! Para chegar ao Palácio Piratini, o ex-prefeito Olívio Dutra percorreu um caminho cheio de obstáculos. Primeiro foi a disputa interna com a pré-candidatura de Tarso Genro, na prévia de 22 de março, que tanto desgaste provocou no PT gaúcho.

A partir daí, Olívio teve de superar a divisão interna na campanha (registrada insistentemente pela grande imprensa), o fracasso da aliança com o PDT no primeiro turno, além de enfrentar a mais poderosa aliança política e social que a burguesia já montou no Estado".

A campanha da oposição se desenvolveu orientada pela máxima "marchar separados, golpear juntos". PT e PDT combateram o projeto e o governo neoliberal sem agressões ou críticas entre si.

A falta de dinheiro foi superada com a disposição dos militantes de pagar para ostentar os símbolos da campanha de Olívio e do PT (incluído o "bigode" de fios sintéticos vendido a R\$ 1, usado por homens, mulheres e crianças, além das nossas tradicionais bandeiras vermelhas de pano de R\$ 5,00).

A campanha da Frente Popular não cansou de denunciar o governo Britto como um governo de poucos e para os ricos. Conseguimos combinar a radicalidade do discurso oposicionista com a clareza das propostas de mudança, o compromisso com a maioria dos explorados e oprimidos com a garra e a paixão da militância. Propuzemos à sociedade gaúcha um novo modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, com democracia e participação popular.

E como irão governar Olívio e Rossetto? Para o governador eleito, "o poder significa a possibilidade de um exercício radical da democracia, que amplie o acesso da comunidade às decisões e torne os eleitores sujeitos do processo e inclusive do ato de governar, a exemplo do que acontece há 10 anos em Porto Alegre com a bem-sucedida experiência do Orçamento Participativo".

Às 23h30min do dia da eleição, o governador Antonio Britto admitiu a derrota em uma entrevista coletiva. Naquele momento, no Largo da Epatur — palco, dias antes, do comício final da campanha, que reuniu 100 mil pessoas —, dezenas de milhares de militantes com suas bandeiras e abaixo de chuva, de "alma lavada", comemoravam conquista de um governo democrático e popular no Rio Grande do Sul.

Agora, trata-se de arregaçar as mangas e articular um amplo movimento de massas que confronte no plano ideológico as políticas de FHC e das classes dominantes, que denuncie e reverta o estrangulamento financeiro do Estado e que assuma a construção das políticas e a defesa do governo democrático e popular no Rio Grande.

EDUARDO MANCUSO É SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DO PT DE PORTO ALEGRE.

NÃO FRUSTAREMOS ESSA ESPERANÇA!



A vitória anunciada de FHC confirmou a expectativa construída pela aliança das classes dirigentes desde o golpe na constituição com o estatuto da reeleição. Já sem o charme de intelectual-estadista e portador de uma herança democrática na resistência ao regime militar, FHC continuou sendo o ponto de unidade da direita – da corrupta a ideológica – e do centro peemedebista e socialdemocrata. Assentado no uso e abuso do controle sobre os recursos públicos e verbas publicitárias, o presidente-candidato unificou, também, toda a grande mídia nacional e as principais entidades empresariais do país.

A campanha milionária sustentada pelas doações dos grandes empresários e pelos grandes negócios com empreiteiras e agências de publicidade não economizou recursos e foi talvez a campanha mais eficaz da grande burguesia e do governo para minorar o brutal desemprego que sua política econômica gera: nunca se pagou tanto para cabos eleitorais e agitadores de bandeiras nas esquinas. Milhares de consciências foram compradas pelo desespero do desemprego para sacudirem bandeiras de candidatos que são os responsáveis pelo próprio infortúnio dos milhões que vagam em busca de um posto de trabalho.

FHC: MENOR LEGITIMIDADE

O governo, no entanto, saiu da eleição com menos legitimidade que possuía. Fez menos votos que em 1994, a oposição (PT-PSB-PDT) ganha o governo em seis estados entre eles Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e, em Minas Gerais, a candidatura de Itamar Franco não era a favorita do Planalto e os apoios recebidos não conduzem a um alinhamento do ex-presidente com Brasília.

No Congresso, a oposição cresce e o PMDB adesista é o grande derrotado. Íris, Jader e Britto sofrem derrotas que indicam uma encruzilhada ao PMDB: sobreviver com o que resta de sua condição de antiga frente democrática ou submergir junto com os tucanos sob a tutela do modelo neoliberal.

Nosso partido cresce na Câmara e no Senado e se consolida como o partido capaz de hegemonizar o campo oposicionista democrático-popular e socialista contra o projeto que se mantém no governo com FHC e seus aliados.

O “pacote” de ajuste fiscal, publicado logo após o fim do segundo turno, não deixa dúvida do estelionato eleitoral cometido nem da continuidade do modelo neoliberal. Radicaliza a recessão, o desemprego e compromete mais recursos para engordar banqueiros e agiotas nacionais e internacionais.

A eleição de 1998 deixa-nos, no entanto, outras lições e reflexões decisivas para nosso partido em sua tarefa de conduzir e dar um rumo a oposição brasileira.

A vitória eleitoral no Rio Grande do Sul tem um sentido emblemático para todos nós. Principalmente, para o PT que durante quase um ano engajou-se numa enorme discussão sobre a tática eleitoral, a política de alianças e qual o caminho a ser buscado para vencer eleições e construir o partido como alternativa de projeto político para o país.

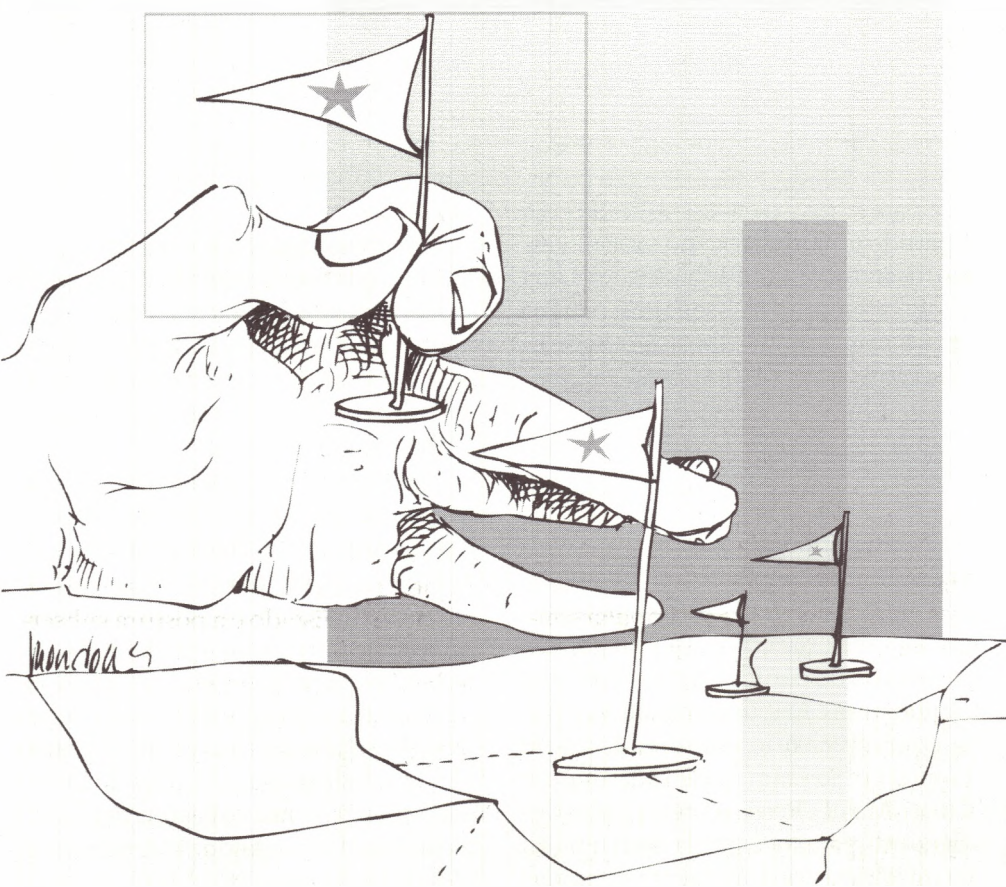
Essa não é uma questão menor pois perder eleições e ainda sofrer uma derrota política de descaracterização programática, perder espaço de crescimento orgânico ou fazer uma campanha submetido a uma hegemonia burguesa é o pior dos mundos. Leva-nos apenas a construir derrotas.

UMA HISTÓRIA DE COERÊNCIA

Nossa vitória no Rio Grande do Sul foi construída por uma história de coerência e de crescimento no Estado no qual nunca abdicamos de ocupar espaço, buscar a hegemonia no conjunto da

Brizola, Sereno Chaise e os candidatos majoritários do PDT no primeiro turno, a capacidade de hegemonia do PT gaúcho e a experiência vitoriosa de governos municipais como o de Porto Alegre – onde a *democracia direta*, a participação popular no Orçamento Participativo, consolidou a relação de bases petistas e pedetistas – foram responsáveis pela unidade do campo popular e socialista para garantir a vitória.

Britto construiu em seu governo um bloco de alianças levando para o governo o PPB, o PFL, o PSDB, o PTB e o PL que passaram a comandar a política, junto com o governador do PMDB, no figurino da moda neoliberal. Foi submisso e



esquerda e disputamos sempre como alternativa de governo.

Essa postura desde a primeira eleição em 1982 plasmou o PT gaúcho na construção de um partido com nitidez programática e imbuído da vocação para ser governo. Confiando em suas próprias forças, construindo lideranças e referências políticas regionais e tendo sensibilidade para construir uma política e alianças alicerçada na esquerda, o PT gaúcho buscou sempre atrair para si o campo democrático popular, tradicional eleitor do PMDB e do PDT – campo que remonta ao velho PTB dos anos 50/60 e a uma consciência republicana e oposicionista históricas.

A vitória de Olívio Dutra e da Frente Popular (PT/PSB/PCdoB/PCB) é histórica. Pela primeira vez no país, a esquerda vence eleições regionais sem alianças com partidos capitalistas e/ou com apoio de setores ligados a burguesia.

Lula venceu no Estado no primeiro turno com 49% dos votos contra 40% dados a FHC; Olívio Dutra e Antonio Britto terminaram a eleição praticamente empatados num universo de mais 6,5 milhões de eleitores.

Era evidente que os 6% de votos dados ao PDT de Emília Fernandes seriam decisivos para o segundo turno. E não faltaram prefeitos e lideranças para tentar arrastar o PDT para a centro-direita. Mas o trabalho convincente e seguro das lideranças do trabalhismo gaúcho como

conivente nas práticas de renúncia fiscal, de passividade diante do FEF, da Lei Kandir, da guerra fiscal entre os Estados e da venda das empresas públicas para cobrir os crescentes rombos operacionais no Orçamento. E o que é pior, assumiu compromissos impagáveis para rolagem da dívida com o governo federal, comprometendo recursos que impedem o Estado de qualquer novo investimento.

Acreditou que com o leque de alianças – 11 partidos apoiaram sua candidatura –, o apoio integral do grande empresariado e a generosa relação mantida com a mídia – R\$ 69 milhões gastos no primeiro semestre com propaganda e publicidade de seu governo – a vitória estaria assegurada no primeiro turno. A peso de ouro trouxe também marqueteiros que tentam “vender” candidatos como sabão em pó ou refrigerantes.

Deram-se mal na política. A virtualidade da campanha não sintonizava com a realidade da vida dos desempregados, dos funcionários humilhados, da pequena agricultura abandonada e da quebradeira e crise generalizada em setores tradicionais como o couro-calçadista, o de autopeças, de alimentos e vestuário.

A campanha eleitoral da Frente Popular não tinha apenas a crítica e a indignação dos deserdados, mas o efeito demonstração da capital gaúcha que com democracia direta e participação popular vem provando que, possível ter equilíbrio fiscal, sem dívidas e sem demissão

NOSSA VITÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL É UMA LIÇÃO HISTÓRICA PARA O PT, CONSTRUÍDA A PARTIR DE UMA HISTÓRIA DE COERÊNCIA, NA QUAL NUNCA ABDICAMOS DE APRESENTAR NOSSO PROGRAMA.

RAUL PONT

de funcionários e, principalmente, capacidade de investimento decidido pela população no Orçamento Participativo.

A disputa gaúcha, foi essencialmente ideológica, de projetos distintos. Nunca os organismos do grande empresariado assumiram tão abertamente o financiamento de campanhas nas rádios, TVs, jornais e “out-doors”. Nunca a tentativa de atemorização, de terror, de controle do voto nas fábricas e empresas foi tão praticada. Discursos de patrões nos refeitórios, exigência de localização dos títulos de eleitores dos empregados, ameaças de fechamento ou cortes de investimentos caso não vencesse a candidatura Britto.

UMA LIÇÃO PARA O PT

A eleição gaúcha foi uma lição histórica para o nosso partido, para nossos filiados no Estado e no país. Com base numa política de alianças claramente de esquerda realizamos uma disputa a altura no primeiro turno, construímos uma ação próxima com o PDT e com os movimentos sindicais e comunitários, bem como de amplos setores universitários e da maioria da intelectualidade. Centenas de escritores, músicos, atores, artistas plásticos lançaram manifesto em defesa de Olívio e da Frente Popular. Mais uma vez, as bandeiras partidárias igualaram-se com a propaganda dos candidatos e a disputa pela hegemonia clarificou-se no segundo turno. O empresariado, o patronato no campo e na cidade foi para o embate assumindo sua candidatura.

Esse balanço não esgota o pleito nacional mas é uma referência importante para cotejarmos com outros desempenhos, reavaliarmos nossas campanhas nos demais Estados e também a disputa nacional. Os resultados em cada Estado, o crescimento e a consolidação de um projeto que representamos, os resultados para o Congresso Nacional são indicadores relevantes para um balanço nacional desta eleição.

Nem a chuva e nem o horário em que foi confirmada a vitória impediram que a celebração da conquista igualasse em número e euforia o monumental comício de encerramento da campanha. A expectativa gerada e a esperança de milhões em nós depositada nos dão a dimensão do desafio que teremos pela frente.

Não frustraremos essa esperança!

RAUL PONT É PREFEITO DE PORTO ALEGRE

EM SÃO PAULO, O PT TEVE SEU MELHOR RESULTADO NA DISPUTA PARA O GOVERNO COM MARTA, MAS TAMBÉM APROFUNDOU SUAS CONTRADIÇÕES POLÍTICAS, ORGANIZATIVAS E PROGRAMÁTICAS.

FÉLIX SANCHEZ



A campanha eleitoral no Estado de São Paulo deixou um saldo global positivo para o PT mas também evidenciou a manutenção das suas profundas contradições políticas, organizativas e programáticas.

O partido obteve o melhor resultado eleitoral da sua história com a candidata ao governo do Estado, Marta Suplicy, vencendo nas principais cidades do ABC, Sorocaba, Campinas. Além disso, o desenrolar da campanha provocou fortes perdas no campo conservador, com as derrotas de Francisco Rossi e Paulo Maluf. A conversão, no segundo turno, do candidato pedetista ao malufismo e sua ruptura com o próprio partido, o PDT do Brizola, representaram a quebra de um dos projetos populistas e conservadores que havia crescido durante a última década em São Paulo. Já a derrota de Maluf no segundo turno da eleição significou a quebra de um dos projetos neoliberais à sucessão de FHC.

Mas a contradição maior no balanço da eleição a governador do Estado foi a vitória tucana através do reerguimento de uma frente "antimalufista" com a participação ativa de parcela significativa de lideranças do bloco majoritário do PT, tanto dirigentes partidários quanto parlamentares e líderes sindicais da CUT. O fascínio da "centro-esquerda" arrastou de novo o PT do principal Estado do país a uma composição com inimigo neoliberal. Embora o partido tenha deliberado uma posição de neutralidade, com liberação dos militantes para a defesa pública do apoio a Covas na disputa do segundo turno, a presença petista no bloco conservador do tucanato foi mais ostensiva e permissiva do que em 1994. Naquela ocasião, o partido deliberara pelo apoio crítico a Covas no segundo turno contra Francisco Rossi, mas mantendo uma postura de diferenciação global com o PSDB e o covismo.

A desqualificação do fórum partidário e a sobreposição das figuras públicas como "portavozes" de uma indefinida maioria partidária representou uma flagrante violação à democracia interna no PT. Contrariamente a 1994, quando a decisão sobre o posicionamento do partido no segundo turno foi tomada em encontro extraordinário, tendo a direção estadual uma maioria composta por setores da esquerda. Agora, o posicionamento tirado pelo partido foi muito menos legítimo e representativo: a decisão se restringiu ao diretório estadual, com o agravante de que as posições de um amplo setor do bloco majoritário, exprimindo-se de forma individual, não se subordinou a qualquer deliberação interna ao partido. O posicionamento pú-

MARTA E O CANTO DA SEREIA TUCANA



blico de várias dessas lideranças passou para a sociedade, para a opinião pública e para a base social identificada com o partido uma avaliação positiva da gestão tucana no Estado de São Paulo. Uma afronta as resoluções, tomadas por larguíssima maioria, de oposição ao governo neoliberal de Mário Covas.

O PRIMEIRO TURNO

A campanha do partido durante o primeiro turno representou uma significativa vitória para o PT. Esse processo coroou o esforço empreendido por largos setores do partido de construir uma candidatura capaz de sustentar a disputa com adversário conservadores de monta, como eram as candidaturas de Covas, Maluf e Rossi. A prévia, pelos debates programáticos, pela participação da militância e pelo ambiente de unidade que conseguiu gerar foi um fator positivo na unificação do PT na campanha. Desse modo, Marta conseguiu exprimir durante a campanha o perfil oposicionista claro do PT ao governo tucano. A população do Estado de São Paulo conseguiu enxergar na candidata e na proposta petista uma alternativa efetiva ao tucanato e ao malufismo. Marta só não passou ao segundo turno pelo crime à democracia cometido pelos institutos de pesquisa e pela mídia que manipularam

os índices eleitorais para facilitar a passagem de Covas e não da Marta ao segundo turno.

Em meio a frustração da disputa pelo governo, a reeleição de Eduardo Suplicy para o Senado significou o reconhecimento da sua trajetória de compromisso com a democracia e com a defesa da cidadania e dos direitos da população trabalhadora do Estado.

Mas, no plano da disputa proporcional, se manifestou com nitidez uma séria descaracterização da proposta partidária. A coligação com o PPS — um partido sem qualquer compromisso com as candidaturas estadual e nacional (vale lembrar que o PPS tinha Ciro Gomes como candidato à presidência da República) — significou a perda de três vagas de deputado estadual e uma de deputado federal para a coligação democrática e popular, um saldo profundamente desvantajoso e previsível da troca de ilusórios segundos de propaganda gratuita na TV. Desse modo, o tamanho das nossas bancadas estadual e federal não cresceu, apesar da ascensão da votação majoritária.

Além disso, a coordenação da campanha e a executiva estadual do partido perpetraram uma grave violação à democracia partidária com a adoção de candidaturas prioritárias para apresentação dos candidatos no programa eleitoral gratuito. A usurpação do comando par-

tidário para o favorecimento de meia dúzia de candidaturas foi a expressão emblemática da manipulação promovida pelo bloco majoritário contra os interesses do conjunto do partido no esforço em forjar falsos "campeões de voto".

Mas os descaminhos da campanha proporcional e da direção partidária não pararam ali. Houve também a transformação das campanhas proporcionais em verdadeiras "máquinas eleitorais", pouco diferentes dos principais partidos burgueses. Com orçamentos que em nada ficaram devendo à campanha majoritária do partido, e com a utilização farta de profissionais pagos, out-doors, comitês, material impresso, comitês, e boca de urna paga, transformaram a disputa proporcional na luta do "tostão contra o milho" dentro do próprio partido.

A disputa eleitoral de 1998 no Estado aponta, assim, para o enorme potencial de crescimento demonstrado pelo PT, quando explicita sua proposta oposicionista com clareza. Mas revela, também, que a atual maioria o está transformando, através de medidas burocráticas, numa grande máquina eleitoral a serviço de algumas lideranças partidárias.

FÉLIX SANCHEZ É SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PT/SP E FOI CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL NESTAS ELEIÇÕES.

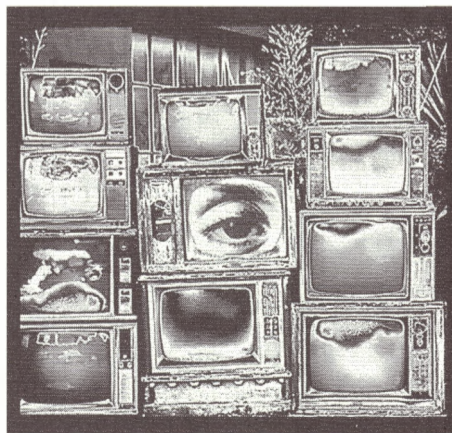
DEMOCRACIA VIRTUAL?

Brasil está para completar uma década de gloriosa democracia, com três eleições presidenciais seguidas. Democracia virtual, comandada pela televisão, seja nos telejornais, seja na propaganda política.

Pouco mudou em dez anos. Abaixo, seguem dois trechos de artigos escritos por este jornalista, neste jornal. Separados pelo tempo, mas não pela realidade.

■ Trecho publicado em 17 de outubro de 89, logo após a famosa edição do debate presidencial:

"Lula foi massacrado no debate editado pelo *Jornal Nacional*. O programa mostrou: a condenação de Collor ao 'grevismo político'; a reação diante dos 'intolerantes, baderneiros e bagunceiros'; a indignação com as alianças do PT; e o alto salário de Lula, 'mais de cem vezes o salário mínimo'."



"Passada a edição, surgiu o apresentador Cid Moreira, sorridente: 'E quem venceu o debate?' O instituto Vox Populi, que o 'JN' não identificou como contratado do PRN, respondeu mais do que isso: Collor venceu o debate, foi que apresentou 'idéias mais claras', é o 'mais preparado para governar' e tem 'os melhores planos de governo'."

■ Trecho publicado em 6 de outubro de

1998, logo após o primeiro turno: "*Jornal Nacional*, horas antes da eleição. Do apresentador Chico Pinheiro: 'Pesquisa Ibope/Rede Globo para o governo de São Paulo. Disputa apertada pelo segundo lugar. Rossi e Covas estão empatados. Os dois têm chances de ir para o segundo turno com Paulo Maluf.'"

"Uma apresentadora dá os números e conclui, sobre as imagens de Maluf, Rossi e Covas: 'Maluf pode disputar o segundo turno tanto com Rossi quanto com Covas.' E nada de Marta. Foi o que dirigiu o voto útil para Covas."

"O redutor flagrado agora na intenção de votos para o PT, no país inteiro, levou a situações patéticas. A palavra-chave ou a desculpa passada aos apresentadores foi 'surpresa'."

■ Em dez anos, de Collor a FHC, de Lula a Lula, as mudanças na democracia virtual foram cosméticas.

Nelson de Sá (transcrito da Folha de S. Paulo, 1º de novembro de 1998, tvfolha, p.2)

UMA CAMPANHA DESPOLITIZADA



A imprensa burguesa noticiou, dia 25 de outubro, dia calmo de votação, mas sem militância do PT à vista. Cena inusitada nas ruas do Rio, levando-se em conta que o PT estava disputando o segundo turno através de uma coligação que tinha nossa senadora Benedita da Silva como candidata à vice, na chapa encabeçada por Antony Garotinho do PDT. Nem mesmo os *outdoors* espalhados na reta final de campanha, afirmando "o partido dos trabalhadores vota 12, Garotinho", conseguiram comprometer a militância. Conclusão de um processo traumático que começou meses atrás.

VLADIMIR E A INTERVENÇÃO

Quando da convenção estadual do partido, a base classista impôs uma derrota à corrente Unidade na Luta, que defendia entregar a cabeça de chapa ao PDT. Num estado governado duas vezes por Leonel Brizola, onde o último governo foi particularmente desastroso e tendo ainda na memória os acordos que o então governador fez com a banda mais corrupta da Assembléia Legislativa para governar com maioria – sem falar na truculência dedicada ao movimento sindical nas áreas de educação e saúde –, a convenção do partido deu a vitória à candidatura própria, encarnada no nome de Vladimir Palmeira.

Esta política, que empolgava os setores mais militantes do partido e que fazia o PT entrar no primeiro turno com força e cara própria para disputar a hegemonia no campo da oposição à FHC, foi abortada pela intervenção do Diretório Nacional com o aval, a seguir, do Encontro Nacional Extraordinário.

A lógica burocrática da intervenção aniquilou toda possibilidade de unidade partidária, antes sempre conquistada a partir do respeito aos resultados das

convenções democráticas. O bloco Refazendo, amplo agrupamento da esquerda petista que tem em Milton Temer, Chico Alencar e o próprio Vladimir suas expressões mais públicas, não aceitou qualquer negociação que pudesse envolvê-lo na campanha majoritária.

CAMPANHA SEM IDEOLOGIA

Com o pupilo do governador Marcello Alencar correndo com azarão – Lu-



is Paulo Corrêa da Rocha, do PSDB obteve 11% dos votos no primeiro turno – a campanha desde o início viveu a disputa entre o tecnocrata da nova direita, o ex-prefeito da capital César Maia pelo PFL, e um hábil Antony Garotinho que primou pelo discurso da competência administrativa de quem teria sido escolhido "o melhor prefeito do Brasil": Garotinho foi prefeito por duas vezes de Campos, cidade do interior do Estado. A este discurso, combinaram-se as promessas genéricas de um governo mais

humano e voltado para o social, e o cuidado de evitar compromissos e assuntos que lhe criariam embaraços. Garotinho também evitou ataques mais contundentes à FHC.

Este perfil gelatinoso foi nocivo à campanha de Lula no estado, que não teve uma base firme para o combate ao governo federal e seu projeto neoliberal. O resultado foi a despolitização e a incapacidade de envolver largos setores da militância petista, intimada a dar o aval

NO RIO DE JANEIRO, O PFL FOI DERROTADO, MAS OS TRABALHADORES NÃO VENCERAM E O PT ESTÁ PROFUNDAMENTE DIVIDIDO.

ALCIBIADES TEIXEIRA

que mantendo para si uma postura de "neutralidade".

César Maia foi derrotado por ter brigado com gente demais. Obteve maioria apertada de votos na capital, mas levou uma surra no interior do Estado.

No dia seguinte ao segundo turno, fontes de Brasília já soltavam para a imprensa que FHC não considerava o governador eleito do Rio no rol da oposição pra valer, apostando em sua disposição a compor.

Além da área de desenvolvimento social – que será coordenada por Benedita da Silva – possivelmente a participação do PT moderado no governo incluirá o deputado Jorge Bittar na Secretaria de Planejamento. Para a esquerda petista, ficou o saldo de bons resultados eleitorais nas bancadas federal e estadual, com a reeleição de Milton Temer e a eleição de três entre sete estaduais – Chico Alencar, Hélio Luz e Artur Messias.

O ex-candidato à prefeito da capital pelo PT em 1996 foi o estadual petista mais bem votado, alcançando mais de 70 mil votos. Tudo indica que Chico Alencar sai fortalecido como o nome com que a esquerda disputará internamente a indicação à candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro em 2000.



ALCIBIADES TEIXEIRA É PRESIDENTE DA CUT/RJ E MILITANTE DO PT.

AS FRATURAS POLÍTICAS DO PT



O cenário político eleitoral mineiro em 1998 foi particularmente difícil para o PT. Fruto de uma intervenção direta do

Palácio do Planalto, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso saiu ancorada em dois poderosos vetores regionais: a chapa de Eduardo Azeredo, de reeleição, montada na máquina do governo estadual; e a chapa Itamar Franco/Newton Cardoso, do PMDB, que somava a grande visibilidade eleitoral do ex-presidente às bases fisiológicas do ex-governador em Contagem e em certas áreas do interior.

Restava ao PT – aliado ao PSB, PDT, PCdoB e PCB – a difícil tarefa de quebrar,

através da chapa Patrus Ananias/Guida Vieira, a polarização Azeredo-Itamar, alargando o espaço de avanço da candidatura Lula.

Lançada tardiamente, após longas conversas frustrantes e frustradas com Itamar Franco, enfrentando o assédio das outras duas candidaturas junto aos próprios prefeitos petistas no interior, a candidatura de Patrus ao governo estadual não conseguiu traduzir o seu potencial eleitoral – embora a frente de esquerda em Minas tenha obtido o seu maior índice em disputas estaduais, 16,13% dos votos válidos, ou seja, 1.122.007 votos. Lula obteve 28,06% dos votos válidos, 2.191.000 votos, um avanço de cerca de 10% dos votos válidos em relação à 1994.

APOIOS A AZEREDO E ITAMAR

Este potencial eleitoral não realizado pela candidatura Patrus, indicador de fraturas políticas no interior da coligação e do próprio partido, particularmente claro da parte de prefeitos do PT, revelou-se na eleição dos deputados federais e estaduais. A sua bancada estadual caiu de oito para cinco, sendo nitidamente beneficiada a legenda do PSB. Pelo PT foram eleitos: Durval Ângelo Andrade (43.443 votos, reeleito), Ivo José da Silva (27.503, reeleito), Adelmo Carneiro Leão (24.309, reeleito), Rogério Correia (22.929, vereador em Belo Horizonte e presidente do PT na cidade) e Maria José Hauelsen (21.680, reeleita).

A bancada federal subiu de seis para sete membros, com a reeleição de Paulo Delgado, Nilmário Miranda, João Domingos Fassarella e Tilden Santiago, e a eleição de Maria do Carmo Lara, de Virgílio Guimarães e do ex-deputado estadual Gilmar Machado (ver p.2).

As fraturas políticas do PT vieram à tona no segundo turno, quando apesar da decisão do Diretório Estadual, um nú-

EM MINAS GERAIS, MUITOS PREFEITOS DO PT APOIARAM AZEREDO NO SEGUNDO TURNO, ENQUANTO PARTE DA MILITÂNCIA APOIAVA ITAMAR.

ANDRÉ XAVIER E JUAREZ GUIMARÃES

mero significativo de prefeitos, encabeçados por Chico Ferramenta (prefeito de Ipatinga, importante cidade do Vale do Aço, onde o PT realiza o seu terceiro mandato executivo) apoiou Azeredo, e outros, liderados pelo deputado federal Tilden Santiago e pelo prefeito de Betim, Jesus Lima, apoiaram Itamar.



ANDRÉ XAVIER E JUAREZ GUIMARÃES SÃO MILITANTES DO PT/MG.

O PT SURGE COMO ALTERNATIVA

NA BAHIA, O PT AFIRMOU UM CAMPO POLÍTICO PRÓPRIO E A OPOSIÇÃO CONSERVADORA À ACM VIVE UM PROCESSO DE DESAGREGAÇÃO.

ROBINSON ALMEIDA



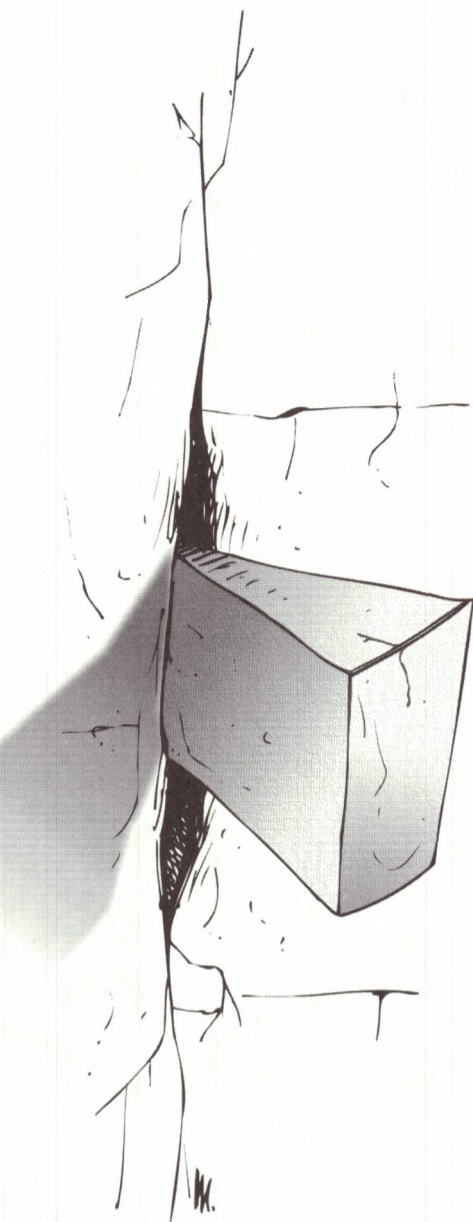
O quadro político baiano é caracterizado por uma ampla hegemonia carlista no aparelho do estado (governo, prefeituras, legislativos estadual e representação federal, poder judiciário e meios de comunicação), pela existência de uma oposição conservadora, em processo de decomposição política crescente, e por uma esquerda, especialmente o PT, que vem ganhando espaço e construindo um pólo alternativo. As eleições desse ano descortinaram mais um capítulo desse processo político.

Do ponto de vista formal, o resultado favoreceu ao grupo do Senador ACM, confirmando o favoritismo. Elegeu o governador César Borges em primeiro turno, manteve a vaga do senador e a coligação governista conquistou 2/3 da bancada federal e 3/4 da Assembléia

Legislativa. Os números, entretanto, não deixam de revelar algumas contradições. Em primeiro lugar, César Borges foi eleito por apenas 30% do eleitorado baiano, marca também não superada por ACM em 1990 e Paulo Souto em 1994. Depois, Lula ganhou em praticamente toda a região metropolitana e em Salvador teve o dobro da votação de FHC. Por último, a grande novidade da eleição foi o desempenho do PT. Pressionado de um lado, pela "unidade das oposições" – construção baiana de dividir a política entre carlismo e anti-carlismo – e do outro, pela ausência de uma tática eleitoral que preservasse a independência política-programática do partido e de nomes para materializá-la, o PT conseguiu, no último momento, superar a falta de unidade interna, construir uma frente de esquerda (PT, PC do B, PAN e PCB) e apresentar a candidatura de Zezéu Ribeiro ao governo.

Além de assegurar o segundo lugar, derrotando a candidatura de uma liderança oriunda do carlismo, João Durval (PDT, PSDB, PSB, PMN), a Frente 2 de Julho conquistou a segunda colocação para o Senado, com Daniel Almeida (PC do B) e aumentou as bancadas estadual e federal. Salvador foi o ponto alto do desempenho petista, representando cerca de 40% da votação geral do partido.

Enfrentando a manipulação dos institutos de pesquisa (Zezéu sempre foi o terceiro muito atrás de João Durval), o uso indiscriminado da máquina administrativa, a parcialidade dos meios de comunicação e a "mãozinha" da justiça



eleitoral, demonstramos que o caminho adotado da candidatura própria com definição de projeto é o mais acertado para desmascarar a farsa carlista que apresenta um estado campeão do desem-

prego, da fome e do analfabetismo como um modelo de prosperidade.

A chamada oposição conservadora a ACM vive um processo avassalador de desagregação política. Sintonizada no plano nacional apoiando FHC, e divergindo no plano regional ao carlismo, os partidos que formavam o núcleo da oposição estão sendo dizimados. Todo o PMDB e várias lideranças oposicionistas passaram a apoiar o governo. Carregando as contradições de uma aliança que possuía o PSDB apoiando FHC, o PSB e o PDT com Lula e o PPS com Ciro, a frente que apoiou João Durval teve um resultado pífio, ficando em terceiro lugar com apenas 12% dos votos. E alguns deputados eleitos pela coligação são declaradamente carlistas.

O deslocamento do eleitorado oposicionista do estado para a esquerda é a sinalização de que a oposição conservadora tende a definir enquanto projeto. É justamente nesse espaço que o PT e a esquerda cresceu e tende a se afirmar como a alternativa política ao carlismo.

O principal ganho do PT foi afirmar um campo político que, ultrapassando o maniqueísmo do contra ou a favor ACM, se constitua como alternativa real de poder. Esse sujeito político deve representar as aspirações dos diversos movimentos e segmentos sociais historicamente excluídos e aponta alternativas de desenvolvimento econômico e de gestão do estado. É esse o desafio do pós-eleição.

ROBINSON ALMEIDA É MEMBRO DA EXECUTIVA ESTADUAL DO PT DA BAHIA.

NA CEARÁ, A VOTAÇÃO DA ESQUERDA CRESCEU E LULA VENCEU FHC. MAS FOI FEITA UMA ALIANÇA TÁCITA PARA O SENADO COM PAES DE ANDRADE.

RENATO ROSENO



As eleições para o Governo do Ceará foram disputadas entre o bloco dirigido pelo PSDB, propugnando a reeleição de Tasso Jereissati e a continuidade do modelo político iniciado em 86 com o próprio Tasso; o bloco hegemonizado pelo PMDB e PFL, encabeçado pelo Deputado Federal Gonzaga Mota, que em 86 estava a frente do Governo e apoiou a primeira eleição de Tasso; pela Frente "Ceará Novo Tempo", composta pelo PT, PDT, PC do B, PSB, PCB e PV, numa unidade inédita para a esquerda cearense, liderada por José Airton Cirilo, ex-Prefeito de Icapuí, cidade administrada pelo PT há doze anos.

A reeleição de Tasso Jereissati para o Governo do Estado, a vitória de seu can-

O CRESCIMENTO DA ESQUERDA

didato ao Senado e dos seus Deputados Federais e Estaduais confirma o desafio da esquerda cearense em desenvolver uma alternativa crível à ainda sólida hegemonia "tucana".

Tasso venceu com quase 63% dos votos, sua base de sustentação elegeu pelo menos 30 Deputados Estaduais (de 46) e 13 Deputados Federais (de 22). A frente composta pelo PMDB, PFL e outros 6 partidos não ultrapassou 22%. Nesta direção, a votação da Frente "Ceará Novo Tempo", surpreendeu a todos, contrariando aos institutos de pesquisa, alcançando quase 14% dos votos válidos.

Significativa também a votação de legenda para a esquerda que dobrou, conquistando três cadeiras para Deputado Federal (1 do PT, 1 do PC do B e 1 do PSB) e cinco de Deputado Estadual (3 do PT, 1 do PC do B e 1 do PSB). A votação de Lula no Estado é outra vitória: 32,84% de votos válidos, acima dos 30,31% de FHC e pouco abaixo dos 34,24% de Ciro Gomes. Lula obteve o primeiro lugar em Fortaleza, superando em muito Ciro Gomes e FHC.

APOIO A PAES DE ANDRADE

A postura do PT para a candidatura ao Senado impõe, todavia, uma reflexão. Quando a maioria (Democracia Radical e Articulação) aprovou uma resolução que permitia a alteração da chapa majoritária pela direção estadual abria-se espaço para uma manobra. A estratégia, acordada entre a maioria do DRE do DN e demais partidos da frente (a exceção do PCB), consistia em retirar o nome de nossa chapa ao Senado (do PDT), para apoiar Paes de Andrade, presidente nacional do PMDB, em troca do apoio deste à candidatura Lula. Sob protestos da esquerda, a "aliança branca" com o PMDB foi feita e a Frente de esquerda absteve-se de apresentar um nome próprio ao Senado. O resultado desta estratégia: mais de 30% de votos nulos e brancos para Senador!

Além deste fato, não foram poucas as candidaturas proporcionais que fizeram "dobradas" com candidaturas da direita, enfraquecendo o conjunto da legenda do

PT e resultando em perdas eleitorais significativas: por muito pouco não fizemos mais um Deputado Estadual e mais Deputado Federal. Mais que quebra da fidelidade partidária, estes apoios são o último patamar da escada da desagregação política e ideológica do partido e merecem duras medidas, sob pena de que tais posturas se consolidem e levem nossa estrutura interna à desmoralização total.

Ao contrário da postura de campanha onde a lógica dos acordos eleitorais sobrepõe-se aos projetos políticos, vimos o crescimento de candidaturas que se construíram baseadas na militância e que se identificavam com os setores da esquerda partidária. Assim foi, por exemplo, com a reeleição de João Alfredo a Deputado Estadual, candidato que mais aumentou de votação entre os deputados da esquerda.

Grandes são os desafios, sobretudo quando notamos o potencial de crescimento para a esquerda resultante desta eleição. Ao PT cabe papel decisivo no processo de construção de novas alternativas para o povo cearense, conquanto estas alternativas estejam assentadas num programa de radicalização da democracia, da distribuição da renda e do saber, vinculado às maiores demandas da sociedade civil e de movimentos sociais organizados, abandonando-se as teses que descaracterizam nossa credibilidade social.

RENATO ROSENO É ADVOGADO E MILITANTE DO PT DE FORTALEZA.

VAI-SE O BRAÇO, FICAM OS ANÉIS



Avaliar o significado político do processo eleitoral para o PT do Paraná exige debatermos as alianças e os procedimentos políticos adotados pela maioria do partido em relação ao nosso Estado. Afinal, quando impedir lançamento de uma candidatura própria no Rio de Janeiro, a maioria do Diretório Nacional do PT decidiu intervir também nos processos decisórios do partido nos estados do Paraná e Pernambuco.

No Paraná a intervenção se deu de uma maneira "democrática e até festiva", quando Lula e José Dirceu convidaram Requião para assistir o primeiro jogo da seleção brasileira, na Copa do Mundo, juntos no Diretório Nacional do PT, concluindo uma aproximação que tinham anunciado aqui nas prévias – quando, em todas as entrevistas, ignoravam que o PT do PR se mobilizava para escolher um candidato(a) próprio.

CANDIDATURA PRÓPRIA

No final de 1997 em reunião do Diretório Regional decidiu-se pela candidatura própria do PT e foi lançado o nome do ex-prefeito de Londrina, Cheida, para governador. A partir daí, quando o esperado era que se passasse a construir a candidatura, iniciou-se a discussão sobre a constituição de uma ampla aliança com PMDB, PSDB, PDT, sempre com o discurso de derrotar Lerner e fazer Lula vitorioso no Paraná. A condução desse processo demonstrava claramente que Cheida não seria o candidato. Essa política gerou um grande descontentamento de boa parte da militância, cujo desaguadouro foi buscar uma alternativa à candidatura Cheida. Nessa situação foi inscrita a pré-candidatura de Milena Martinéz. No mesmo dia Cheida retirou seu nome da disputa e as tendências Articulação Unidade na Luta e Democracia Radical inscreveram o deputado federal Nedson Miqueletti.

Com a disputa das prévias um novo alento tomou conta da militância. Foram realizados mais de dez debates de bom nível e com boa participação em várias regiões do estado. Mais de cinco mil companheiros e companheiras compareceram espontaneamente – dentro do PT tem-se o hábito burguês de carregar gente como se fosse gado para votar nessa ou naquela chapa, nesse ou naquele pré-candidato – às prévias, o que demonstrava uma retomada da vida partidária.

Essa prévia foi, todavia, eivada de ir-

regularidade e falcaturas – não a de carregar gente, porque isso a Unidade na Luta e a Democracia Radical consideram normal, moral e honesto – tais como um ou dois assinando e votando por dez, o filiado votando mais de uma vez, etc. Tudo isso foi constatado e o quórum atingido (6.800) foi questionado; mais de mil votos foram desconsiderados.

Como resultado, considerou-se que a prévia não deu quórum; a decisão sobre candidatura passou para o Encontro Estadual. Quanto às irregularidades constatadas, foi pedida ao Diretório Estadual a instalação de uma comissão de ética – o que jamais ocorreu, pois as falcaturas foram cometidas pela tendência majoritária e ninguém corta a própria carne.

nosso candidato a governador); um nome do PT ficaria como vice. O encontro aprovou e a maioria da executiva do partido descumpriu esta decisão, pois cedeu a vice para o PDT. O PT acabou ficando com o candidato ao senado (Nedson). Foi também aprovado nesse encontro que apesar de não termos coligação com o PDT e o PMDB para as candidaturas proporcionais, poderíamos fazer dobradinhas com os candidatos a deputado federal e estadual desses partidos – o que repercutiria negativamente em nosso desempenho, diminuindo os votos na legenda.

No processo de campanha, nosso candidato ao Senado foi impedido, em muitas cidades do interior, de subir nos



APOIO A REQUIÃO

Na estréia do Brasil na Copa do Mundo de futebol a maioria do Diretório Nacional, junto com as mesmas correntes em nosso Estado, decretaram a intervenção indireta no Paraná. O recado/decreto para cá foi mandado: Requião é o candidato a governador do PT, só ele é capaz de aumentar os votos do Lula.

No encontro estadual a maioria referendou essa intervenção, escolhendo a coligação com o PMDB (Requião como

palanques, pois o candidato que estava sendo trabalhado pelo PMDB era Alvaro Dias (do PSDB). Na capital, membros do PMDB montaram um comitê de campanha para FHC, Requião e Alvaro Dias. A maior parte do material de campanha dos candidatos do PMDB não tinha o nome do Lula. Essa adesão ao PMDB produziu um resultado bastante negativo, política e eleitoralmente, para nosso partido. Mesmo dentro da Unidade na Luta, nem todos perceberam os limites e as consequências necessárias da tática adotada.

**NO PARANÁ,
A ALIANÇA COM
REQUIÃO NÃO TROUXE
BENEFÍCIOS REAIS PARA
CAMPANHA LULA, MAS
COMPROMETEU A
ORGANIZAÇÃO DO PT
E A CONSCIENTIZAÇÃO
POPULAR.**

DR. ROSINHA

RESULTADOS NEGATIVOS

A campanha não nos serviu como instrumento de organização partidária e de conscientização do eleitor. Quanto ao resultado da votação de Lula, é difícil afirmar que com candidatura própria a governador sua votação fosse menor do que foi: em 1994 Lula fez no Paraná 23,8% dos votos válidos; em 1998, 27,8%, um aumento de apenas 4%. Poderíamos considerar esse crescimento como vegetativo, resultado da própria conjuntura.

Quanto a candidatura para governador, é voz corrente no partido e fora dele que se tivéssemos candidatura própria teria dado segundo turno entre Lerner e Requião e, hoje, o resultado eleitoral poderia ser outro, mais favorável. Nosso candidato ao senado obteve uma boa votação (977 mil votos, 25% do total dos votos válidos), a maior do partido até agora no Paraná, mas poderia ser melhor, pois tínhamos cinco minutos de televisão e a campanha foi a do bom moço, sem entusiasmo. O número de votos obtidos se deve, e muito, à grande rejeição de Alvaro Dias e ao fato de praticamente só ter os dois como candidatos.

A bancada federal da coligação (PT/PC do B/PCB) diminuiu em um deputado (eram três do PT e um do PC do B): agora elegemos três do PT. A nível estadual, em 1994 elegemos cinco deputados, agora quatro. Essa diminuição se deve ao fato de ao não ter candidato próprio para governador, o partido não trabalhou a legenda.

A política para a campanha eleitoral aprovada no nosso encontro não foi um caso isolado, mas sim um projeto das tendências Articulação Unidade na Luta e Democracia Radical de tornar o PT um partido da ordem, da institucionalidade. Para isso se sacrificou o braço – a organização, a conscientização e os princípios do partido – e salvam-se os anéis, pois esses são sinônimos de *status*, vaidade e poder (ou simplesmente um enfeite).

DR. ROSINHA É MÉDICO PEDIATRA E SANITARISTA, ATUAL DEPUTADO ESTADUAL E DEPUTADO FEDERAL ELEITO PELO PT/PR E MÁRCIO PESSATTI É MEMBRO DA EXECUTIVA ESTADUAL DO PT/PR.

Os dados oficiais das eleições

VOTAÇÃO PARA PRESIDENTE		
Votos apurados	83.296.085	78,51%
Fernando Henrique	36.936.918	53,06%
Lula	21.475.348	31,71%
Ciro Gomes	7.426.235	10,97%
Enéas	1.447.075	2,14%
Outros	—	2,06%
Branco	6.688.612	8,03%
Nulos	8.884.426	10,67%
Abstenções	22.798.904	21,49%

VOTAÇÃO DOS PARTIDOS PARA A CÂMARA FEDERAL (QUE APOIAM FHC)				
Partidos	Hoje	Votação	%	Próxima legislatura
PFL	110	11.526.193	17,3%	106
PSDB	95	11.684.900	17,5%	99
PMDB	88	10.105.609	15,2%	82
PPB	77	7.558.601	11,3%	60
PTB	23	3.768.260	5,7%	31
PSD	3	503.713	0,8%	3
Total	396	—	—	381

VOTAÇÃO DOS PARTIDOS PARA A CÂMARA FEDERAL (QUE APOIAM LULA)				
Partidos	Hoje	Votação	%	Próxima legislatura
PT	50	8.786.499	13,2%	58
PDT	23	3.776.541	5,7%	25
PSB	14	2.273.751	3,4%	18
PCdoB	9	869.270	1,3%	7
Total	96	—	—	109

VOTAÇÃO DE OUTROS PARTIDOS				
Partidos	Hoje	Votação	%	Próxima legislatura
PL	10	1.643.881	2,5%	12
PPS	7	872.348	1,3%	3
Outros	4	—	—	8

THE SKY IS BLUE....

Quem nunca ouviu esta frase, cantada por Louis Armstrong na belíssima *What a wonderful world*, não sabe o que está perdendo. Entretanto, pouca gente sabe porque afinal o céu é azul. Quem já não brincou num balanço, destes de parque (ou uma gangorra, como se diz em outras partes). O problema aqui é parecido. Os átomos são constituídos de partículas carregadas, umas positivas e outras negativas, estas girando ao redor daquelas, numa versão bem simplificada. Tem as neutras, mas estas não nos importam. Na verdade, importam-nos as negativas, que são os elétrons. Cada elétron gira em volta do núcleo com uma certa frequência, que é o número de voltas que ele dá em torno do núcleo a cada segundo. Da mesma forma que uma criança no balanço pode oscilar com mais força se uma pessoa a empurra, o elétron também oscila com mais "força" quando é empurrado por uma onda luminosa. Assim, ele irradia - espalha - esta luz que o está fazendo oscilar com mais força. Este efeito é muito mais forte com a luz azul. Por isto, ao ser iluminado com luz branca (que contém "luzes" de todas as cores), o elétron dispersa muito mais a luz azul. O vermelho quase que passa direto, por isto o céu ao alvorecer ou ao anoitecer é vermelho. Para maiores explicações e sugestão de um experimento caseiro para ver o fenômeno, você pode ir a: www.geocities.com/Heartland/Meadows/8277/Ceuzul.html ou www.fisica.ufc.br

A ATMOSFERA ESTÁ ENCOLHENDO

A atmosfera terrestre encolheu cerca de 8 km nos últimos 40 anos, como indica estudo publicado na edição de setembro do *Journal of Geophysical Research*. Isto ocorreria porque a parte superior da atmosfera estaria esfriando, mais um fenômeno causado pelo efeito estufa. O efeito estufa é causado pelo aumento de gases oriundos da queima de material orgânico (petróleo ou carvão, por exemplo). Estes gases (principalmente dióxido de carbono) impedem que o calor que chega à Terra seja liberado, provocando o aquecimento próximo à superfície terrestre e consequente esfriamento das camadas superiores (acima de 70 km). Os cientistas liderados por Martin Javis da Universidade de Cambridge (Inglaterra) realizaram medidas nos últimos quarenta anos, comprovando as previsões de modelos do início dos 80 que previam a existência do efeito estufa. Esta redução - que representa 3% da espessura da atmosfera - ainda não representa problemas, mas é mais um forte indicativo que o efeito estufa realmente existe, o que até bem pouco tempo era contestado por diversas instituições.

A VOLTA DOS MORTOS-VIVOS

O tema é antigo, mas provoca dores de cabeça até hoje. Qualquer pessoa de bom senso jamais aceitaria que um objeto pudesse estar em dois lugares ao mesmo tempo, não é? Da mesma forma, ninguém também em sã consciência diria que um gato está ao mesmo tempo vivo e morto. No entanto, esta visão clássica que temos do mundo não corresponde à realidade no mundo das partículas microscópicas. Para descrever a posição de um objeto, dizemos que ele se encontra a tal distância de uma parede ou à tal altura. No mundo dos átomos e das partículas elementares, dizemos que ele tem tal probabilidade de estar nesta ou naquela posição. A certeza só aparece quando fazemos uma medida, destruindo assim as outras possibilidades. A edição de outubro da revista *Ciência Hoje* publica um artigo bastante interessante do professor Luiz Davidovich da UFRJ. Ah, em tempo, o gato a que me refiro é o famoso experimento mental chamado "o gato de Schrödinger". Para mostrar os paradoxos a que esta visão de mundo levaria, Schrödinger, um dos pais da mecânica quântica bolou um experimento no qual um gato estaria numa caixa fechada com um vidro de veneno que seria aberto se um átomo radioativo emitisse radiação. Como este último é um evento quântico, descrito por probabilidades, também o estado de vida ou morte do gato passaria a sê-lo. Abrindo a caixa, o observador faria uma medida, "colapsando" as probabilidades que descreveriam o estado de vida do gato. Para ler mais, compre a revista, que está muito boa.

Américo Bernardes

EM PERNAMBUCO, O PT COLIGADO COM O PSB PAGOU A CONTA DO DESASTRE QUE REPRESENTOU O GOVERNO DE MIGUEL ARRAES.

ANDREA BUTTO



Passadas as eleições, o PT de Pernambuco realiza seu balanço, com o debate centrado-se na avaliação das alianças empreendidas. O balanço da tática eleitoral é considerado positivo por parte daqueles que defenderam a aliança do PT com o governador Miguel Arraes; eles admitem apenas um erro na avaliação do índice de rejeição do nosso aliado - que alcançou um percentual de 70% na região metropolitana do Recife!

Cabe perguntar: quais são os motivos de uma rejeição tão elevada do governo no eleitorado desta região, onde o PT tem peso destacado, e a que se deve a derrota tão fragorosa de Arraes?

PRIVATIZAÇÕES, PRECATÓRIOS

Arraes chega pela terceira vez ao comando do governo do Estado de Pernambuco em 1994, desta vez com o PT entre os partidos que lhe davam sustentação. Todavia, já no primeiro ano de governo os compromissos firmados começam a ser corroídos. O Conselho Político estabelecido deixa, efetivamente, de funcionar. E obstruem-se os canais de negociação entre servidores públicos e o governo, chegando até à repressão policial à categoria.

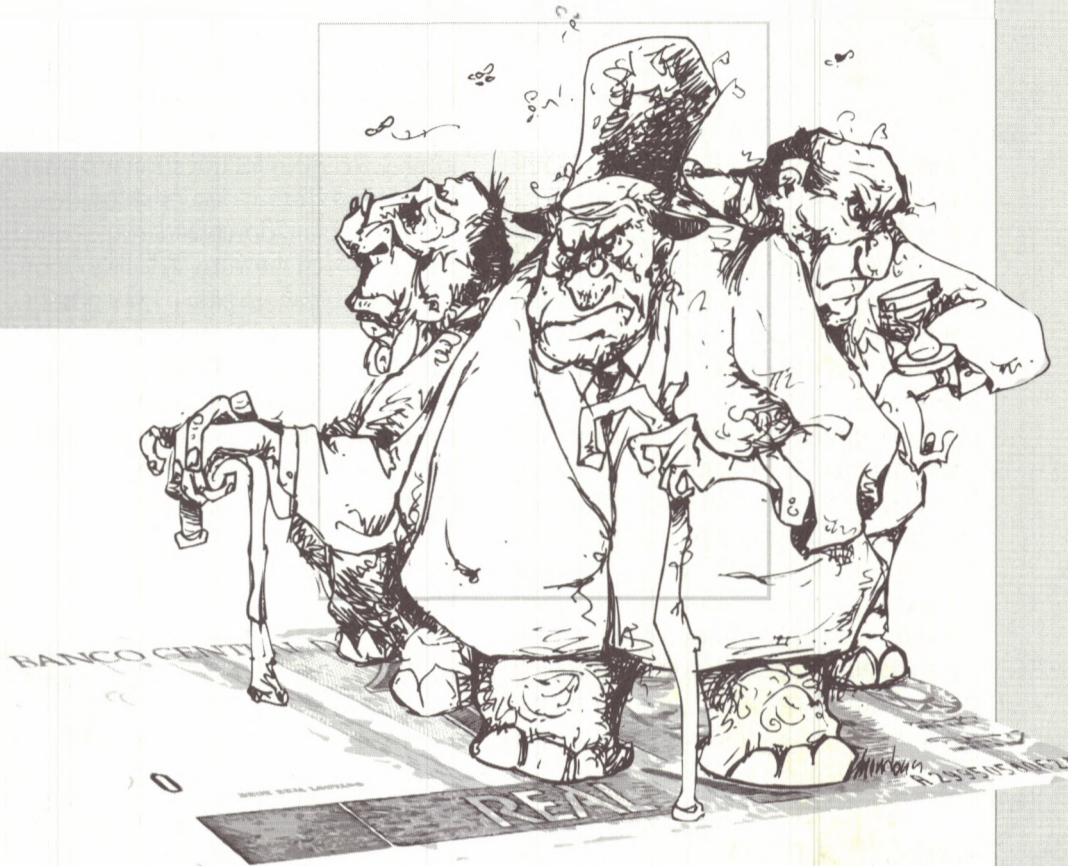
A política para o Bandepe, o banco estadual sofreu, de saída, um ataque com o Programa de Demissões Voluntárias e depois com a ausência da cobrança das dívidas dos usineiros (expressando o afastamento de Arraes de sua base social histórica, os trabalhadores rurais). O Bandepe seria privatizado e, por ironia, comprado por holandeses, como se voltássemos à colônia. Privatiza-se também a Celpe, a empresa de eletricidade, a estatal mais lucrativa de Pernambuco. E o episódio da venda dos títulos públicos, os precatórios, foi também importante para quebrar a confiança dos eleitores no governo Arraes. E no plano político nacional, no episódio da votação da reeleição o PSB deixa em aberto a posição da sua bancada e privilegia a relação com o PV e PPS.

RUPTURA DO PT COM O GOVERNO

Diante de todos estes fatos, os setores da esquerda defendem uma saída do governo para poder se opor com coerência às medidas anti-populares do governo Arraes, já que a possibilidade de diálogo com o núcleo do governo estava comprometida.

Inicia-se, então, uma disputa no interior do PT que marcará o pleito de 1996, e que culmina na renúncia de Humberto Costa de sua candidatura a prefeito de Recife pelo PT, quando a po-

UMA TÁTICA ERRADA



lítica de alianças que defendia não se concretizou. A coligação PT/PCB/PDT acabou sendo encabeçada por João Paulo. O PSB mantém a aliança com o PPS e o PCdoB e lança Roberto Freire à prefeitura do Recife. Neste período, o PT afasta-se do governo. A direita encabeçada pelo PFL conquista a prefeitura, sob a bandeira da continuidade da administração de Jarbas Vasconcelos do PMDB. Embora não tenha ocorrido um segundo turno da eleição, o PT fica empatado com João Braga, do PSDB, obtendo 18% dos votos e consolidando um espaço político próprio na capital. Roberto Freire ficou na quinta colocação.

A bancada do PT qualifica suas posições contrárias à política anti-popular de Arraes. Estabelece-se uma acirrada disputa interna, que polariza o partido entre um campo favorável a uma aliança com o PSB e outro que reafirma a política de alianças das eleições municipais. Esta disputa paralisa o partido até este ano.

CAMPANHA LULA

Embora nem mesmo Arraes condicionasse o apoio a Lula à adesão do PT local à sua candidatura, isso serviu de alibi para a construção de um falso discurso opondo aqueles que defendiam Lula contra os que não teriam responsabilidades com a candidatura nacional.

Uma apertada maioria de seis votos no encontro estadual aprova a aliança com os partidos governistas sob a liderança de Arraes.

A perda de popularidade do governo e a possibilidade concreta de uma derrota por parte de Arraes faz com que parte das forças conservadoras migrem para a candidatura Jarbas/José Jorge. Antigos aliados de Arraes e do PSB se deslocam em direção ao PSDB com a candidatura de Carlos Wilson. Depois de uma campanha marcada por denúncias contra o uso eleitoral da máquina do governo e por um discurso falsamente modernizador, Jarbas consegue não

apenas a vitória no primeiro turno, mas também a vaga para o senado e uma vergonhosa saída de Arraes do cenário político de Pernambuco (que teve a votação de apenas 26,38% do eleitorado).

Apesar da aliança com Arraes ter sido aprovada com o discurso de que iria fortalecer a candidatura Lula, mais uma vez ocorreu como em 1994: a candidatura Lula foi assumida de forma utilitária pelo PSB, que fez campanha na Região Metropolitana do Recife, mas não no interior do estado.

O PT COMO ALTERNATIVA

A candidatura do PT ao Senado acabou ficando prisioneira de uma aliança que se mostrou ineficiente: alcançamos votação maior que o próprio candidato ao governo (Humberto Costa obteve 904.399 votos e Miguel Arraes apenas 744.202). Vinculada ao Palácio das Princesas e sem possibilidade de se apresentar como expressão das mudanças que o PT representa, a campanha centrou-se na defesa da trajetória política pessoal do candidato. Apesar disso, o fato de o PT ter obtido uma votação mais expressiva que a do PSB mostra que somos nós que podemos e devemos ser a principal oposição ao governo do PMDB/PFL e o foco de construção de uma alternativa para o estado.

Positiva foi também na expressiva votação que o PT obteve na legenda, além da votação de Fernando Ferro para deputado federal e de João Paulo, reeleito como o deputado estadual com melhor desempenho. Perdemos o mandato de Humberto Costa no congresso federal, mas ganhamos o de Sérgio Leite na assembleia legislativa, que sofreu duros ataques durante a vitoriosa greve dos policiais civis e soube manter posição firme nas negociações com Arraes e obteve uma votação expressiva.

ANDREA BUTTO É PROFESSORA DA UFRPE E MEMBRO DA DR DO PT/PE.

O sabor da vida

Como foi a vida no passado não sabemos. Foi feliz, teve desilusões? Nada se sabe. Como vive, profissão e onde trabalha é impossível identificar.

Identifica-se um homem de aproximadamente 50 anos com um carro dolentemente vagando pela ruas de uma cidade do Irã. Procura alguém que queira executar um serviço. É um trabalho difícil de explicar, fácil de executar, porém não aparece ninguém disposto a fazê-lo. Sabor de amôras, que vida salva (salva?). Na história, filosoficamente, salvou, mas quantos salvará? Sabor de cerejas, pêssegos... São frutas amargas ou doces, não importa, é sabor, é marcante. A vida é feita de sabores. O sabor da vitória, o amargo da derrota. Qual é o sabor da vida do senhor Badii? O sabor feliz da conquista e do amor? O sabor do vencedor? Não é o que parece. Não sabemos, porém, qual é o serviço a ser executado? Qual é o sabor da execução desse trabalho?

Assim caminha a história de Abbas Kiarostami. Fotografia centrada no homem, com poucas imagens da vida e algumas da paisagem (quase sempre de fundo e secundária). Quando isso ocorre - a vida - é mostrada pelo lado amargo e amarela pálido do dia a dia. São paisagens de pouca vida, empoeirada, enterrando homens, sombras e imagens. É a poeira (terra) cobrindo homens (do pó veio ao pó retornará), principalmente os migrantes. Assim se morre no deserto?

Porém, no dia de executar o serviço (foi executado?) uma lua cheia inunda a alma e a vida. Chove e solidária e solitariamente a lua - senhor Badii - chora. Chove. No sabor da fruta o gosto do beijo da mulher amada. Foi a ausência desse beijo que levou o senhor Badii a vagar procurando desempregados para executar um trabalho avulso, ocasional e excepcional? Excepcional porque o trabalho é atender seu (único?) último desejo. Logo cedo ao amanhecer a tarefa deve ser executada. Amanhece o dia, claro, brilhante e alegre. E, o trabalho foi executado?

Para conferir recomendamos o filme *Gosto de cereja*, com direção e roteiro de Abbas Kiarostami, fotografia de Hodayoun Payvar e participação de Hodayoun Ershadi (Badii), Abdolhossein Bagheri, Afshin Bakhtiari, Ali Morari, Hossein Noori, Farhad Kheradmand e Pooya Pievar. *Gosto de cereja* recebeu a Palma de Ouro no 50º Festival de Cannes.

Dr. Rosinha

NOBEL PARA SARAMAGO

José Saramago recebeu a mais alta distinção literária de 1998. Ele é o mais traduzido e um dos mais controversos autores portugueses contemporâneos de ficção. Apesar de ter uma obra recheada de "campeões de vendas", sua escrita mantém-se comprometida.

Saramago recebeu a notícia da atribuição do Nobel quando acabava de debater "O que é ser comunista hoje" na feira de Frankfurt.

Entre sua obra mais recente, o Ensaio sobre a cegueira, merece destaque pela sua denúncia do individualismo e da ausência de solidariedade. De que vale um prêmio Nobel? De pouco ou nada.

A "consagração" que ele confere não é mais do que a naturalização das divergências que o autor possa representar. Muitas vezes, nem isso... O Nobel é uma instituição que premeia, e por isso exclui, com base em lógicas de que nos alheamos.

Saramago vale também por isso, por não se render à lógica

dos prêmios literários.

Militante do PCP, Saramago soube pensar pela própria cabeça quando as orientações partidárias lhe desagradavam. Com o prêmio, Saramago não vale mais ou menos do que valia. Mas, como antes, merece ser lido lido.

Pedro Rodrigues
(*Combate, de Lisboa*)

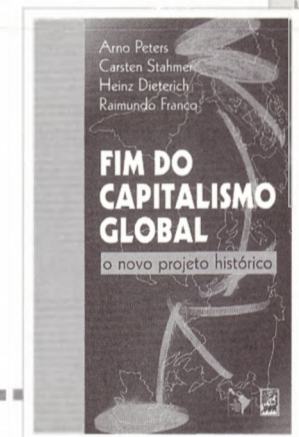
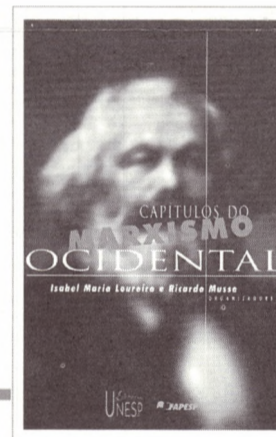
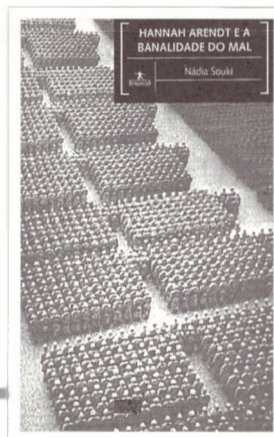
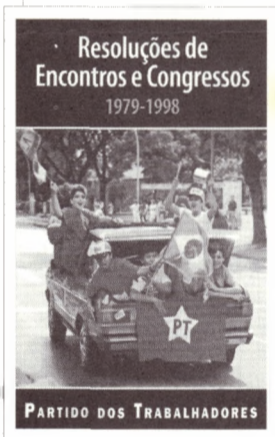


24ª Bienal

Vai até dia 13 de dezembro a 24ª Bienal de São Paulo, a mais importante mostra de artes plásticas do país. Esta Bienal tem como tema a antropofagia, decisivo para a construção da identidade cultural do Brasil neste século. O *Manifesto antropofágico*, redigido em 1928 por Oswald de Andrade, consolidou a metáfora pela qual a arte moderna no Brasil foi digerindo produtos culturais das mais variadas origens. Com este motivo, a arte brasileira pela primeira vez está presente como a própria coluna vertebral da Bienal, de Tarsila e dos modernistas de 1922 à artistas contemporâneos com Leonilson, passando por Lygia Clark, Helio Oiticica e os neoconcretistas dos anos 60 - além do destaque dado à obra excepcional da escultura surrealista Maria Martins.

Entre os artistas exibidos nas salas climatizadas do último andar estão o surrealista belga René Magritte, o verdadeiro antropófago inglês Francis Bacon, Van Gogh, o muralista mexicano David Siqueiros, o surrealista chileno Roberto Matta, além de salas temáticas dedicadas ao dadaísmo e ao surrealismo e ao monocromatismo.

Nas representações nacionais e nos roteiros, temos uma mostra muito desigual e cansativa (impossível de ser vista em apenas uma visita), em que obras excelentes estão lado a lado com verdadeiros lixos - como em quase toda mostra que pretende ser exaustiva de arte atual. Vale destacar o grande peso dado à fotografia nesta Bienal e a qualidade excepcional de alguns destes trabalhos.



A EVOLUÇÃO DO PT

Jorge Almeida, Maria Alice Vieira e Vitoria Cancelli (orgs.). Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos (1979-98). São Paulo: Secretaria Nacional de Formação Política do PT e Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, 703 p. Preço de lançamento: R\$ 20,00

Publicação inédita com as resoluções de todos os encontros nacionais do PT, desde a sua fase pré-fundação. Para adquiri-la, contate com a SNFP-PT: fones: (011) 233.1319 e 233.1320; email: <pt.formacao@nutecnet.com.br>.

Marx e a democracia

Miguel Abensour. A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. Prefácio de Olgária Matos. 147 p.

Releitura do pensamento político de Marx no contexto do debate francês atual, tomando como eixo a *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Segundo Abensour, a política para Marx se

desprende da fascinação pelo Estado, é desestatizada e desprofissionalizada; a política do oprimido significa exatamente a passagem da forma estatal para a "verdadeira democracia"

A INVENÇÃO DO MAL

Nádía Souki. Hannah Arendt e a banalidade do mal. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. 152 p.

Um exame cuidadoso da contribuição de Arendt para o esclarecimento do fenômeno do mal, acompanhando o seu deslocamento da idéia kantiana de mal radical ou absoluto, em *Origens do totalitarismo* (1951), para aquela que a filósofa formula em *Eichmann em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal (1963).

Panorama do marxismo atual

Isabel Maria Loureiro e Ricardo Musse (orgs.). Capítulos do marxismo ocidental. São Paulo: Ed. da Unesp; Fapesp, 1998. 247 p.

Oito ensaios dedicados ao exame crítico de figuras importantes do

pensamento marxista europeu, como Bloch, Benjamin, Brecht, Adorno, Marcuse, Habermas, Althusser, Raymond Williams e Perry Anderson, e três voltados para o exame de brasileiros - Ruy Fausto, Giannotti e Roberto Schwartz. Entre os temas debatidos, a relação entre teoria e prática e a política, o engajamento, a utopia, a cultura, a ciência e a dialética. Um livro desigual mas importante.

UM PROJETO ANTICAPITALISTA

Arno Peters, Carsten Stahmer, Heinz Dieterich e Raimundo Franco. Fim do capitalismo global: o novo projeto histórico. São Paulo: Xamã; Foro por la Emancipación e Identidad de América Latina, 1998. 166 p.

Uma crítica da economia capitalista e da razão tecnocrática, desenvolvida a partir da análise de Arno Peters sobre quais seriam as bases de uma economia não-mercantil, voltada para a satisfação das necessidades humanas. Os autores, inspirados por Chomski, buscam articulá-la com a organização de uma ordem política mundial democrática, do ponto de vista das maiorias excluídas.

TRÊS PESSOAS POSSUEM
UMA FORTUNA SUPERIOR
À SOMA DO PIB DOS
48 PAÍSES MAIS POBRES.
TRINTA MILHÕES DE PESSOAS
MORREM DE FOME TODOS
OS ANOS E 800 MILHÕES
SOFREM DE SUBALIMENTAÇÃO
CRÔNICA. A FOME SE TORNOU
UMA ARMA POLÍTICA.

IGNACIO RAMONET

Um dado pode ter escapado a vocês: as três pessoas mais ricas do mundo possuem uma fortuna superior à soma do produto interno bruto dos 48 países mais pobres, ou seja, de um quarto de todos os Estados do mundo...

Sabemos que o fosso das desigualdades aumentou ao longo das duas décadas ultraliberais (1979-1998), mas como imaginar que ele atingiria este ponto? Porque podemos ler igualmente que, se "em 1960, os 20% da população mundial vivia nos países mais ricos tinham uma renda 30 vezes superior a dos 20% mais pobres, em 1995 sua renda tornou-se 82 vezes superior"! (Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano 1998. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Em mais de 70 países, a renda por habitante é inferior a de vinte anos atrás... Em escala mundial, quase três bilhões de pessoas — a metade da humanidade — vive com menos de dez francos (dois reais) por dia...

A abundância de bens atinge níveis sem precedentes, mas o número daqueles que não tem teto, nem trabalho ou comida suficiente aumenta sem parar. Assim, dos 4,5 bilhões de habitantes dos países em vias de desenvolvimento, cerca de um terço não tem acesso à água potável. Um quinto das crianças não absorvem calorias ou proteínas suficientes. E cerca de dois bilhões de indivíduos — um terço da humanidade — sofrem de anemia.

Esta situação é uma fatalidade? De forma nenhuma. Segundo as Nações Unidas, para responder às necessidades básicas de toda população do globo, seria necessário retirar das 225 maiores fortunas do mundo menos de 4% da riqueza acumulada. Atingir a satisfação universal das necessidades sanitárias e nutricionais custaria apenas 13 bilhões de dólares, quase aquilo que os habitantes dos Estados Unidos e da União Européia gastam, por ano, no consumo de perfumes...

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, que em dezembro celebra seu 50º aniversário, afirma: "Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar sua saúde, seu bem-estar e o da sua família, principalmente em alimentação, vestuário, alojamento, cuidados médicos, assim como para os serviços sociais necessários". Mas estes direitos, para uma grande parte da humanidade, são cada vez mais inacessíveis.

Tomemos, por exemplo, o direito à alimentação. Não faltam alimentos. Os gêneros alimentícios jamais foram tão abundantes, e as disponibilidades deveriam permitir



ESTRATÉGIAS DA FOME

A FOME COMO ARMA

Por que? Porque a fome se tornou uma arma política. Nenhuma fome é mais gratuita. Uma verdadeira estratégia da fome foi estabelecida, conduzida com uma incrível indecência por dirigentes políticos e organizações que, com o fim da guerra fria, foram privadas de uma renda financeira. Como escreve Sylvie Brunel: "Não são mais os povos inimigos, os povos a conquistar, que são tornados famélicos, mas as próprias populações daqueles que querem captar em seu benefício os manás de conflitos que têm projeção midiática e de seu co-

rolário, o desencadeamento da compaixão internacional, fonte inesgotável de dinheiro, de alimentos e de tribunas públicas para expor suas reivindicações" (*Géopolitique de la faim. Quand la faim est une arme...* Relatório anual da Action contre la faim. Paris: PUF, 1998).

Na Somália, no Sudão, na Libéria, na Coreia do Norte, na Birmânia ou no Afeganistão, os governantes ou chefes de guerra tomam inocentes como reféns, os deixam famintos para atingirem objetivos políticos. Algumas vezes com uma extrema crueldade, como em Serra Leoa, onde os homens do Rebel United Front, do ex-cabo Foday Sankoh, conduzindo a mais de um ano uma incrível campanha de horror, amputam sistematicamente, com facões, as mãos dos camponeses para os impedirem de plantar. O papel do clima nas grandes fomes tornou-se, afinal, marginal: doravante é o homem que torna o homem famélico.

Conhecido por seus trabalhos que mostram como as políticas de certos governos podem causar fomes mesmo quando os alimentos são abundantes, o professor Amartya Sen, que acaba de receber o prêmio Nobel de economia, afirma: "Um dos fatos mais notáveis da terrível história da fome é que jamais houve uma fome grave em um país dotado de uma forma democrática de governo e possuindo uma imprensa relativamente livre". Opondo-se às teses neoliberais, Sen defende que é o Estado e não o mercado que deve ter uma maior responsabilidade no bem-estar da sociedade. Um Estado que seja ao mesmo tempo sensível às necessidades de todos os seus cidadãos e preocupado, em escala planetária, com o desenvolvimento de toda a humanidade.

CONFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS

Quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos estiver completando cinquenta anos, no dia 10 de dezembro, estaremos realizando em São Paulo a Segunda Conferência Municipal de Direitos Humanos.

No Brasil e no mundo contamos o aprofundamento da exclusão social, o aumento do desemprego, da miséria e das violações dos direitos. A cidade de São Paulo reflete sobremaneira o desrespeito cotidiano aos direitos elementares da pessoa em seus aspectos fundamentais. O trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal e do Fórum Municipal de Direitos Humanos tem sido o de combater todas as formas de exclusão, preconceito e discriminação, tendo como objetivo permanente a construção da cidadania.

Esta atividade ganha um destaque

maior pela situação por que passa a cidade: a prefeitura da capital não demonstra nenhuma vontade política de encampar estas propostas. O governo Pit-ta tem ignorado solenemente tudo o que se refere ao assunto. Respeitar os direitos coletivos dos cidadãos é governar para a maioria; é criar mecanismos que possibilitem a participação popular na definição dos destinos do dinheiro público; é assegurar o atendimento gratuito e de qualidade nos serviços públicos, no mínimo. A maior cidade brasileira está paralisada administrativamente, atolada em dívidas e escândalos. A ausência total de políticas públicas que promovam a cidadania, melhorando as condições de vida dos habitantes tem sido a marca das duas últimas administrações. Nos últimos seis anos, um dos locais de origem das violações dos direitos coletivos dos paulistanos é exatamente o poder executivo.

ITALO CARDOSO É VEREADOR PELO PT E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

IGNACIO RAMONET É O EDITOR DO **LE MONDE DIPLOMATIQUE**. ESTE ARTIGO É O EDITORIAL DA EDIÇÃO DE NOVEMBRO DE 1998.

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS